

República Federativa do Brasil
ESTADO DO PARÁ

DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXVIII — 79º DA REPÚBLICA — Nº 21.645

BELÉM — SEXTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1969

GOVERNADOR DO ESTADO — Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
VICE-GOVERNADOR — Dr. JOÃO RENATO FRANCO

LEIA
NESTA
EDIÇÃO:

DECRETOS-LEIS
Ns. 62, 77 E 78

— <> —
DECRETO N. 6827

— <> —
PORTARIA N. 986
Do Governo do Estado.

— <> —
PORTARIA N. 220 DE
8/10/69
Da Secretaria de Estado
da Fazenda.

— <> —
BALANÇE GERAL DE
05/09/69
Do Banco Central do
Brasil.

— <> —
ESCRITURA DE
CONSTITUIÇÃO
Da Firma "Comex".

— <> —
RESULTADO DE
ELEIÇÕES
Do Conselho Regional de
Contabilidade do Pará.

— <> —
AUTORIZAÇÕES DE
VIAGEM
Da Rodebrás.

— <> —
EDITAIS
Do Tribunal de Justiça.
Da Justiça Federal de
Primeira Instância.
Da Justiça do Trabalho.
Do Cartório Eleitoral.

SECRETARIADO

Chefe do Gabinete Civil — Dr. OSVALDO SAMPAIO MELO

Chefe do Gabinete Militar — Ten. Cel. WALTER SILVA

Secretário de Estado de Governo — Sr. GEORGENOR DE
SOUZA FRANCO

Resp. pela Secretaria de Estado do Interior e Justiça — Dr.
SALVADOR RANGEL DE BORBOREMA

Secretário de Estado da Fazenda — General R-1 RUBENS
LUZIO VAZ

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas — Eng. JOSÉ
MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Secretário de Estado de Saúde Pública — Dr. CARLOS GUI-
MARAES PEREIRA DA SILVA

Secretário de Estado de Educação — Dr. ACY DE JESUS
NEVES DE BARROS PEREIRA

Secretário de Estado de Agricultura — Eng. Agrº. SEBAS-
TIÃO ANDRADE

Secretário de Estado de Segurança Pública — Major R-1 AN-
TONIO CALVIS MOREIRA

Procurador Geral do Estado — Des. MOACIR GUIMARAES
MORAIS

Departamento do Serviço Público — Sr. JOSE NOGUEIRA
SOBRINHO



Diretoria, Administração, Redação e Oficinas:
Av. Almirante Barroso, n. 735 — Fone: 9998
Belém-Pará

Diretor Geral:
DR. FERNANDO FARIAS PINTO

Redator-Chefe, substituto:
Prof.ª EUNICE FAVACHO DE ARAÚJO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

Assinaturas	Venda de Diários
NA CAPITAL:	NCr\$ Número avulso . 0,25
Anual	60,00 Número atrasado ao ano 0,07
Semestral	30,00
OUTROS ESTADOS E MUNICÍPIOS	PUBLICAÇÕES Página comum - cada centímetro 1,50
Anual	70,00 Página de Contabilidade - preço fixo 200,00
Semestral	35,00

- As Repartições Públicas devem remeter a matéria destinada à publicação no horário das 07,30 às 12,30 horas, diariamente, excetuando os sábados.
- As reclamações nos casos de erros ou omissões, devem ser formuladas, através de petição ou ofício, diretamente ao Gabinete do Diretor, no máximo 24 horas após a circulação do Diário, na Capital e 8 dias no Interior e outros Estados.
- As publicações grátis e pagas só serão recebidas se estiverem acompanhadas de ofício ou memorando da parte interessada.
- As assinaturas, tanto da Capital como do Interior ou outros Estados, serão aceitas em qualquer época e as vencidas e não renovadas deixarão de ser remetidas automaticamente.
- Os pagamentos de Publicações e Assinaturas deverão ser feitos preferencialmente em cheque nominal para IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.
- Os funcionários públicos estaduais, terão uma redução de 50% na assinatura anual do Diário Oficial.

Poder Executivo

DECRETO-LEI N. 77 DE 10 DE OUTUBRO DE 1969
Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de áreas de terras do Estado, a título de indenização pelas benfeitorias desocupadas, amigavelmente, por seus proprietários, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968,

Considerando que, em virtude do referido dispositivo, poderá, durante o recesso da Assembléia Legislativa do Es-

tado, legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas no inciso XVII do artigo 61 da Constituição Política do Estado, e

Considerando que a Assembleia Legislativa do Estado se encontra em recesso por força do que dispõe o artigo 1º do Ato Complementar n. 49, de 27 de fevereiro de 1969,
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a fazer doação a Francisco Antônio de Oliveira, Jorge Coutinho da Silva, Maria Vilhena de Souza, José Maria de Souza, Maria Madalena Silva Oliveira, Valdomiro de Oliveira Souza, Adriano Alves Miranda, Damião Francisco da Silva, José Maria da Silva Tavares, Antônio André da Silva Vicente Paulo da Silva, Manoel da Silva Rocha, Benedito Corrêa da Silva, Edmundo Ferreira da Luz, José Marinho de Matos, José Ribamar do Nascimento, Ademar da Silva Oliveira, Orlando Alves de Moraes, José Renato da Silva, Raimundo Umbelino de Moraes, Odálea Nunes Santiago, Domiciano Ferreira dos Santos, João André de Moura, Francisco Bezerra da Silva, Maria de Lourdes Silva Jardim, Maria Mendes da Silva e Adolfo Vicente Ferreira, ou a seus legítimos herdeiros ou sucessores, áreas de terras do Estado, com as limitações e dimensões que constarão do ato público de doação, nas quais o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado do Pará construiu casas de madeira coletadas sob os números: 973, 979, 985, 993, 999, 1007, 1013, 1021, 1027, 1033, 1045, 1051, 1057, 1065, 1071, 1079, 1085, 1093, 1099, 1107, 1113, 1119, 1127, 1133, 1139 e 1145, todas no prolongamento da travessa Guerra Passos e 95 na Passagem Rosa no bairro do Guamá nesta Capital.

Art. 2º — A doação a que se refere o artigo anterior será feita a título de indenização aos donatários pelas benfeitorias que os mesmos cederam, amigavelmente, para proporcionar a construção do conjunto residencial ALACID NUNES, também, executada pelo Montepio dos Fun-

cionários Públicos do Estado do Pará.

Art. 3º — O Montepio dos Funcionários Públicos do Estado do Pará ficará com o encargo de providenciar as medidas necessárias para efetivação e legalização do ato de doação pela forma que o Decreto que fôr baixado pelo Poder Executivo determinar.

Art. 4º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 10 de outubro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Georgenor de Souza Franco
Secretário de Estado
de Governo
Gen. R-1 Ruhens Luzio Vaz
Secretário de Estado
da Fazenda
Eng. Agr. Sebastião Andrade
Secretário de Estado de Agricultura
(G. — Reg. n. 11106)

DECRETO-LEI N. 78 DE 10 DE OUTUBRO DE 1969
Eleva à categoria de Mesa de Rendas a Coletoria de Alenquer.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, e, tendo em vista o disposto no artigo 1º do Ato Complementar n. 49, de 27 de fevereiro de 1969,

DECRETA:
Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a concluir entre as Mesas de Rendas e Coletorias de que trata o artigo 11 da Lei n. 4.296, de 20 de dezembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei n. 11, de 8 de maio de 1969, a Mesa de Rendas de Alenquer, que figura no referido Decreto-lei, como Coletoria sob a jurisdição da Mesa de Rendas de Santarém.

Art. 2º — A Mesa de Rendas de Alenquer terá a mesma organização e lotação de funcionários previstas para as Mesas de Rendas situadas nos Municípios de Bragança, Castanhal, Marabá e Óbidos.

Art. 3º — O Poder Executi-

vo fixará quando julgar necessário, quais as Exatorias que ficarão sob a jurisdição da Mesa de Rendas de Alenquer.

Art. 4º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 10 de outubro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Georgenor de Souza Franco

Secretário de Estado
de Governo

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz
Secretário de Estado
da Fazenda
(G. — Reg. n. 11107)

DECRETO-LEI N. 62 DE 4 DE SETEMBRO DE 1969
Fixa normas para o pagamento de vantagens aos militares da Polícia Militar do

Estado, em serviço no estrangeiro, em tempo de paz.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, e, tendo em vista o disposto no artigo 1º do Ato Complementar n. 49, de 27 de fevereiro de 1969,

DECRETA:

Art. 1º — Os militares da Polícia Militar do Estado, em serviço ativo, designados para estagiar ou realizar cursos de interesse da Corporação, ou, ainda, quando designados para integrar delegação, comitiva, missão ou representação de natureza militar, no estrangeiro, continuarão a perceber seus vencimentos, vantagens e demais direitos em moeda nacional, pela respectiva organização militar.

Parágrafo único — O militar da Polícia Militar do Estado, designado para missão especial no exterior, assim considerada pelo Chefe do Poder Executivo, receberá o respectivo salário em moeda nacional, pela sua organização militar. Receberá mais as diárias previstas no artigo 2º deste Decreto-Lei, para atender as despesas de alimentação e pousada quando essas

despesas não forem asseguradas pelo Estado ou pela União.

Art. 2º — Os militares da Polícia Militar do Estado, nas situações referidas no artigo anterior, farão jus ao pagamento de diárias de alimentação e pousada, em moeda estrangeira, nos valores a seguir mencionados:

Diárias de alimentação:
a) oficiais superiores, NCr\$ 40,00;
b) capitães e oficiais subalternos, NCr\$ 36,00;
c) sub-tenentes e sargentos, NCr\$ 32,00;
d) cabos e soldados, NCr\$ 30,00.

Parágrafo único — O valor da diária de pousada é igual ao valor atribuído à diária de alimentação.

Art. 3º — Os valores das diárias de alimentação e de pousada poderão ser alterados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º — O militar da Polícia Militar do Estado, licenciado para aperfeiçoar conhecimentos técnicos, estagiaria, realizar cursos ou estudos no estrangeiro, por conta própria, perceberá mensalmente apenas o valor do respectivo salário, pago em moeda nacional a procurador devidamente habilitado.

Art. 5º — O pagamento em moeda estrangeira é devido a partir do dia em que o militar deixar a última localidade nacional e termina no dia em que deixar a última localidade estrangeira, no regresso.

Art. 6º — O disposto no presente Decreto-Lei passa a fazer parte integrante do Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Pará, instituído pela Lei n. 3267, de 9 de janeiro de 1965.

Art. 7º — O presente Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Estado" revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 4 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Georgenor de Souza Franco
Secretário de Estado de Governo

Dr. Salvador Rangel de Borboleta

Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Estado do Interior e Justiça
Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz
Secretário de Estado da Fazenda

Eng. José Maria de Azevedo Barbosa

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas

Dr. Carlos Guimarães Pereira da Silva
Secretário de Estado de Saúde Pública

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação

Eng. Agr. Sebastião Andrade
Secretário de Estado de Agricultura

Major R-1 Antônio Calvis Moreira

Secretário de Estado de Segurança Pública

Obs: Reproduzido por ter sido com incorreções no Diário Oficial do Estado, número 21.619 de 11/09/66.
(G. — Reg. n. 11105)

DECRETO N. 6.827 DE 16 DE OUTUBRO DE 1969

Autoriza a Delegacia Estadual de Trânsito a licenciar e emplacar até com (100) veículos de transporte de passageiros a taxímetro e dá outras provisões.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a existência de um Convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal do Pará e o Ministério do Trabalho e Previdência Social, para financiamento de compra de veículos, por motorista profissionais;

CONSIDERANDO que os adquirentes dos veículos financiados nos termos do Convênio precisarão licenciá-los e emplacá-los na Delegacia especializada;

CONSIDERANDO que o Governo do Estado não pode deixar de prestar sua parcela de contribuição a esse plano de grande alcance social, consubstanciado no Convênio acima referido,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica a Delegacia Estadual de Trânsito autoriza-

da a licenciar e emplacar novos veículos de transporte de passageiros, a taxímetro, sedan, com peso superior a oitocentos e cinquenta (850) quilos e dotados de quatro (4) portas, até o número de com (100) veículos.

Art. 2º — A autorização contida no artigo anterior destina-se a beneficiar, exclusivamente, os motoristas profissionais que adquirirem veículos nos termos do Convênio celebrado entre a Caixa Econômica Federal do Pará e o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 3º — Enquanto o beneficiário das disposições deste Decreto permanecer vinculado à Caixa Econômica Federal do Pará, em razão da compra do veículo licenciado, não poderá praticar qualquer ato que importe em transferência ou alienação da chapa correspondente, sob pena da mesma ser imediatamente cassada pela Delegacia Estadual de Trânsito.

Art. 4º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de outubro de 1969.

a) Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
a) Georgenor de Souza Franco

Secretário de Estado de Governo

a) Maj. Antônio Calvis Moreira
Secretário de Estado de Segurança Pública

PORTRARIA N. 986 DE 16 DE OUTUBRO DE 1969

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

1. Fica mantido no quarto trimestre do corrente ano o Quadro de Cotas Trimestrais, fixado pela Portaria n. 846, de 16 de abril de 1969 e bem assim todas as determinações contidas na referida Portaria.

2. Os acréscimos autorizados no Quadro acima referido, no terceiro trimestre deste ano, só prevalecerão se autorizados em cada caso, pelo Chefe do

Poder Executivo.

3. O pagamento das cotas referentes ao quarto trimestre só será efetuado pela Secretaria de Estado da Fazenda, após a apresentação pelas Unidades Orçamentárias do Poder Executivo, dos respectivos balancetes mensais do terceiro trimestre e das prestações de contas relativas às cotas deste trimestre.

4. Os balancetes mensais do 4º. trimestre e as segundas vias das prestações de contas do mesmo trimestre deverão dar entrada naquela Secretaria, até o dia 15 de janeiro de 1970. Os saldos não aplicados deverão ser recolhidos ao Departamento de Despesa até o dia 31 de dezembro do ano em curso.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 16 de outubro de 1969.

a) Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969**

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria Iêda de Novoa Brazão, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953,

Maria de Jesus Lobato Leão, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância Nível 4, do Quadro Único lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Marinalda Araújo Cunha, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maricelia Brito, para exercer, efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10709)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria de Nazaré Azevedo Damásio de Andrade, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10710)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Nazaré Inês de Macêdo Fialho, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10750)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Norma Maria dos Santos Fernandes, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10751)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Ruth Nazaré Pereira de Barros, para exercer, efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação e Cultura

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10759)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Olinda Borges Bittencourt, para exercer efetivamente, o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10755)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Terezinha de Jesus Lima Monteiro, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10786)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Oneide Nazaré dos Santos, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10757)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria de Lourdes Araujo, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10743)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Raimunda dos Santos Souza Rodrigues, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10761)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Renée Almeida de Andrade, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10762)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Rita Maria Lobato Cardoso, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10763)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Rosa Maria Ribeiro Tavares, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10790)

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10764)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Yolita Nunes Vasconcelos, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10789)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado : resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Zunilde Lira de Oliveira, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10790)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º, da Constituição Política do Estado combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Amélia Amalia Terezinha Vieira Roma, para exercer efetivamente, o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10592)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Adra Elisa Henriques Gaia, para exercer efetivamente, o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10590)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Ana Maria Dias Souza Nina, para exercer efetivamente, o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamen-

to de Educação Primária. Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10592)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Lucimír Elias de Souza, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.
Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10670)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Tonilide Muniz de Brito, para exercer efetivamente o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.
Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10641)

DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1969

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 155, § 1º da Constituição Política do Estado, combinado com o artigo 12, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Izete Santana Tadaieski, para exercer efetivamente, o cargo de Professor de 3a. entrância, Nível 4, do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.
Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10658)

partamento de Educação Primária.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1969.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES
Governador do Estado
Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação e Cultura
(G. — Reg. n. 10658)

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA**DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1969**

O Secretário de Estado do Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600 de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 116 da lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Maria das Graças Pinto, ocupante do cargo de Datilógrafo, Nível 1, do Quadro Único, lotado no Departamento Agropecuário da Secretaria de Estado de Agricultura, 20 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 28 de agosto a 16 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de outubro de 1969.

GREGORIO DE SOUZA FRANCO
Secretário de Estado do Governo
Eng. Agr. Sebastião Andrade
Secretário de Estado de Agricultura
(G. — Reg. n. 11040)

DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1969

O Secretário de Estado do Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 103 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Manoel Souza Menezes, Díritista da Secretaria de Estado de Agricultura, 20 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 19 de agosto a 7 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de outubro de 1969.

GEORGENOR DE SOUZA FRANCO

Secretário de Estado de Governo
Eng. Agr. Sebastião Andrade
Secretário de Estado de Agricultura
(G. — Reg. n. 11024)

DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1969

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a José Torres de Lima, Diarista com estabilidade da Secretaria de Estado de Agricultura, 30 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 8 de setembro a 7 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de outubro de 1969.

GEORGENOR DE SOUZA FRANCO

Secretário de Estado de Governo
Eng. Agr. Sebastião Andrade
Secretário de Estado de Agricultura

DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1969

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Benedito Marciano Farias, Gomes, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Único, lotado no Gabinete do Secretário da Secretaria de Estado de Agricultura, 10 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 12 a 21 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de outubro de 1969.

GEORGENOR DE SOUZA FRANCO

Secretário de Estado de Governo
Eng. Agr. Sebastião Andrade
Secretário de Estado de Agricultura
(G. — Reg. n. 10987)

DECRETO DE 9 DE OUTUBRO DE 1969

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967, resolve conceder, de acordo com o artigo 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Augusto da Silva Santos, ocupante do cargo de Capataz de Campo, Nível 2, do Quadro Único, lotado no Departamento de Colonização da Secretaria de Estado de Agricultura,

30 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação a contar de 8 de agosto a 6 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de outubro de 1969.

GEORGENOR DE SOUZA FRANCO
Secretário de Estado de Governo
Eng. Agr. Sebastião Andrade
Secretário de Estado de Agricultura
(G. — Reg. n. 10975)

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETARIO
PORTARIA N. 220 DE 8 DE OUTUBRO DE 1969.

O Secretário de Estado da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE :

1. ESTABELECER as presentes normas disciplinadoras da tramitação de processos de pagamento, seus registros, contabilização e arquivamento.

1.1. Diariamente o Departamento de Despesa enviará à Tesouraria Geral, o "Boletim de Pagamentos" (modelo em vigor), acompanhado dos respectivos processos de pagamento, cheques bancários e fichas de caixa, estas em seis (6) vias, devidamente datadas e numeradas, assim como os processos de pagamento.

Essa numeração é de caráter interno, apenas para controle do Gabinete do Departamento de Despesa. A numeração definitiva dos processos e das fichas de caixa será dada pela Tesouraria, no ato do pagamento dos processos.

1.2. Os documentos acima serão entregues mediante recibo passado pelo Tesoureiro do Departamento de Despesa.

1.3. O horário do pagamento, em princípio, não deverá exceder das 12.00 horas, quando será encerrado o expediente externo da Tesouraria Geral.

ficha de caixa deverá ser enviada pela Tesouraria, no mesmo dia ao Núcleo Central de Coordenação e Execução Contábil, para a organização imediata do "Balancete Diário". Após a execução desse trabalho, os processos de pagamento deverão ser enviados ao Departamento de Despesa onde ficarão aguardando a necessária verificação pelo Departamento de Contabilidade, a qual deverá ser feita no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas Concluída essa verificação, tais documentos serão arquivados, em definitivo, no Departamento de Despesa.

1.7. As fichas de caixa terão a seguinte destinação; as 1as. vias serão anexadas aos processos de pagamento, as 2as. vias entregues aos interessados no pagamento, as 3as. vias ao arquivo da Tesouraria, as 4as. vias inicialmente ao Núcleo Central de Coordenação e Execução Contábil e depois ao Departamento de Despesa onde serão arquivadas, as 5as. vias ao Departamento de Despesa para remessa ao Tribunal de Contas do Estado e as 6as. vias ao mesmo Departamento para controle da Carteira emitente das referidas fichas.

1.8. Nos pagamentos efetuados pela Tesouraria, após as 12.00 horas, os respectivos processos deverão conter o carimbo "Após o Expediente". Esses pagamentos serão contabilizados no dia imediato, atendidas as mesmas normas traçadas no item anterior.

1.9. A Tesouraria fornecerá, obrigatoriamente, ao Gabinete do Departamento de Despesa, no último dia da semana, uma relação dos processos não pagos, para controle do referido Gabinete e conhecimento desta Secretaria.

1.10. No último dia útil de cada mês, a Tesouraria restituirá ao Gabinete do Departamento de Despesa, mediante recibo, todos os processos não pagos, os respectivos cheques bancários e as fichas de caixa, acompanhados

de uma relação discriminativa.

1.11. A documentação referida no item anterior deverá ser apresentada a esta Secretaria, que decidirá sobre o seu destino.

1.12. Os recibos de pagamento, em todos os documentos, que presentemente vem sendo firmados no Departamento de Despesa, a partir do dia treze (13) do mês em curso, deverão ser passados na Tesouraria do mesmo Departamento, que exigirá dos interessados os respectivos comprovantes de identificação.

1.13. Nenhuma receita poderá ingressar na Tesouraria desacompanhada da respectiva ficha de caixa.

1.14. O Gabinete do Departamento de Despesa deverá manter um livro de fôrmas avulsas para o "Contrôle dos Processos a Pagar". Esse livro deverá ser diariamente escriturado, sendo imprescindível as seguintes indicações:

- nome do interessado no pagamento;
- espécie de documento;
- número da ficha de caixa (do Departamento e da Tesouraria);
- número e data do empenho;
- valor;
- nome da conta bancária;
- número do cheque de pagamento;
- data do pagamento;
- data do retorno do processo por não ter sido pago; e
- observações.

1.15. O Gabinete do Departamento de Despesa deverá manter livro idêntico para o "Registro de Recolhimentos" contendo as seguintes indicações:

- nome de quem efetuou o recolhimento;
- número da ficha de caixa;
- valor;
- data da remessa à Tesouraria;
- data da apresentação do comprovante do recolhimento ao Banco;
- número e data da ficha de caixa de contra partida; e
- observações.

1.16. O documento mencionado no item 1.14 será escriturado com base nos "Boletins de Pagamento", nos "Boletins de Caixa" e na relação a que se refere o item 1.9.

1.17. Outros registros poderão ser feitos pelo Gabinete do Departamento de Despesa e pela Tesouraria, se assim julgarem conveniente os seus dirigentes, mas sem prejuízo das normas estabelecidas pela presente Portaria, inclusive quanto aos prazos.

1.18. As normas traçadas pela presente Portaria entrarão em vigor no dia 13 do mês em curso.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, em 8 de outubro de 1969.

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz
Secretário de Estado da Fazenda
(G. Reg. n. 11.080)

tos, no município de Iritiá, Maria de Nazaré Romano, ocupante do cargo de professor de 1a. entrância, nível 1, do Quadro Único, atualmente servindo no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, no município de Bragança.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Educação, 25 de setembro de 1969.

(a) dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. Reg. n. 10.862)

PORATARIA N. 2957/69 — DA/DP

O Secretário de Estado de Educação, usando de suas atribuições, e de acordo com o memorando número 2082/69-DEP de 23.09.1969,

RESOLVE:

Conceder a gratificação de um terço (1/3) dos vencimentos, ao servidor Miracy Gomes Guimarães, ocupante do cargo de professor de 2a. entrância, nível 2, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar José Tostes no município de Óbidos, pela prestação de serviços extraordinários, no período de agosto a dezembro do corrente ano.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Educação, 25 de setembro de 1969.

(a) dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. Reg. n. 10.866)

PORATARIA N. 2958/69 — DA/DP

O Secretário de Estado de Educação, usando de suas atribuições, e de acordo com o memorando número 2080/69-DEP de 23.09.1969

RESOLVE:

Conceder a gratificação de um terço (1/3) dos vencimentos, ao servidor Maria Dulcinea da Costa Oliveira, professor diarista, referência 1, com exercício no Grupo Escolar Maria Alice de Moura Carvalho, no município de Primavera, pela prestação de serviços extraordinários, no período de

28.08 a 28.11.1969.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORATARIA N. 2940/69 — DA/DP

O Secretário de Estado de Educação, usando de suas atribuições, e de acordo com o memorando número 2074/69-DEP de 19.09.1969,

RESOLVE:

Dispensar o servidor Irismar Pantoja Almeida, professor diarista, com exercício no Grupo Escolar Cattete Pinheiro, no município de Senador José Porfirio, admitida pela Portaria número 733/67-DA/DP de 13.03.1967.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Educação, 24 de setembro de 1969.

(a) dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. Reg. n. 10.870)

PORATARIA N. 2954/69 — DA/DP

O Secretário de Estado de Educação, usando de suas atribuições, e de acordo com o memorando número 2092/69-DEP de 23.09.1969,

RESOLVE:

Mandar servir, até ulterior deliberação, no Grupo Escolar Benjamin Constant, nesta Capital, a normalista Maria Lúcia de Araújo Porto, ocupante do cargo de professor de 3a. entrância, nível 4, do Quadro Único, atualmente servindo no Grupo Escolar Augusto Montenegro, nesta Capital.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Educação, 25 de setembro de 1969.

(a) dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira
Secretário de Estado de Educação
(G. Reg. n. 10.864)

PORATARIA N. 2956/69 — DA/DP

O Secretário de Estado de Educação, usando de suas atribuições, e de acordo com o memorando número 2081/69-DEP de 23.09.1969,

RESOLVE:

Mandar servir, até ulterior deliberação, no Grupo Escolar Prof. Ferreira dos San-

pital.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

cargo de professor de 2a. entrância, nível 2, do Quadro Único, com exercício na Escola Reunida Moura Carvalho, na Vila de Mosqueiro, município de Belém, pela prestação de serviços extraordinários, no período de 18 de setembro a dezembro do corrente ano.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Educação, 26 de setembro de 1969.

(a) dr. Acy de Jesus Neves de

Barros Pereira

Secretário de Estado de

Educação

(G. Reg. n. 10.834)

PORTARIA N. 2979/69 —

DA/DP

O Secretário de Estado de Educação, usando suas atribuições,

RESOLVE:

Mandar servir, até ulterior deliberação, na Escola Primária do Colégio São José, no município de Óbidos, em regime de cooperação Francisca Ires Veloso Jucá (Urmã), ocupante do cargo de professor de 2a. entrância, nível 2, do Quadro Único, atualmente servindo na Escola Paroquial Sant'Ana, no município de Itaituba, em regime de cooperação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Educação, 26 de setembro de 1969.

(a) dr. Acy de Jesus Neves de

Barros Pereira

Secretário de Estado de

Educação

(G. Reg. n. 10.878)

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM N. 322/CTAP — DE 23 DE SETEMBRO DE 1969

O Coordenador Técnico-Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS) usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 02904/69-CTAP e

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

R E S O L V E :

Autorizar o pagamento de 05 (cinco) diárias ao servidor Ricardo Diedrichs. Condutor de Viatura, com lotação e efetivo exercício no 2º Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCR\$ 18,00 (dezoito cruzeiros novos), equivalente a 15% sobre o salário mínimo vigente no Estado de Goiás, num total de NCR\$ 90,00 (noventa cruzeiros novos), para conduzir o engº Ruy das Chagas Nazareth, ao trecho Estreito/Colinas (GO), no período de 19.08.69 a 23.08.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY

Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

vigente no Estado do Maranhão, num total de NCR\$ 73,80 (setenta e três cruzeiros novos e oitenta centavos), para conduzir o engº Francisco José Arruda Barata, ao trecho Itinga/Estreito (MA), no período de 18 a 22.08.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY

Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM N. 324/CTAP — DE 24 DE SETEMBRO DE 1969

O Coordenador Técnico-Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS) usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 02919/69-CTAP e

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

R E S O L V E :

Autorizar o pagamento de 06 (seis) diárias ao servidor Joaquim Ranulfo de Oliveira, braçal lotado e com efetivo exercício no 2º Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCR\$ 14,40 (quatorze cruzeiros novos e quarenta centavos), equivalente a 12% sobre o salário-mínimo vigente no Estado de Goiás, num total de ... NCR\$ 86,40 (oitenta e seis cruzeiros novos e quarenta centavos), em virtude de seu deslocamento ao trecho Guará/Goiás, para conduzir CAT-12 e levar HUBER-WARGO para Imperatriz, no período de 28.08.69 a 02.09.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY

Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia —

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM N. 323/CTAP — DE 23 DE SETEMBRO DE 1969

O Coordenador Técnico-Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS) usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

R E S O L V E :

Autorizar o pagamento de

05 (cinco) diárias ao servidor Benedito Costa Castro. Condutor de Viaturas, lotado e com efetivo exercício no 2º Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCR\$ 18,00 (dezoito cruzeiros novos e vinte centavos), equivalente a 15% sobre o salário mínimo vigente neste Estado, num total de NCR\$ 90,00 (noventa cruzeiros novos), a fim de conduzir o engº Paulo de Tarso da Silva Barreto, ao trecho Imperatriz-Araguainha (GO), no período de 16.08 a 20.08.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY

Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia —

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia —

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM N. 325/CTAP — DE 24 DE SETEMBRO DE 1969

O Coordenador Técnico-Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS) usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

do de Goiás, num total de NCr\$ 72,00 (setenta e dois cruzeiros novos), em virtude de seu deslocamento até a 4a. Residência, Araguaina (GO), a objeto de serviço, no período de 24 a 28.08.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM
N. 332/CTAP — DE 24 DE SETEMBRO DE 1969

O Coordenador Técnico-Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS) usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 02916/69-CTAP e

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

R E S O L V E :

Autorizar o pagamento de 10 (dez) diárias ao servidor Eudes Gimarães da Silva, Radioperador, lotado e com efetivo exercício no 2o. Distrito Rodoviário, nos valores unitários de NCr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros novos), equivalentes a 03 diárias à base de 15% sobre o salário mínimo de Goiás e NCr\$ 28,20 (vinte e oito cruzeiros novos e vinte centavos), equivalente a 07 diárias à base de 25% sobre o salário mínimo vigente neste Estado, num total de NCr\$ 251,40 (duzentos e cinquenta e hum cruzeiros novos e quarenta centavos), em virtude do seu deslocamento ao trecho Itinga (MA) à Nova Colinas (GO), no período de 31.08 a 02.09.69, efetuando pagamento do pessoal do 2o. DR e para a Sede em Belém (PA), para prestação de contas, no período de 03 a 09.09.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM
N. 333/CTAP — DE 24 DE SETEMBRO DE 1969

O Coordenador Técnico-Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS) usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 02917/69-CTAP e

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

R E S O L V E :

Autorizar o pagamento de 03 (três) diárias ao servidor Antônio Edson e Silva, Topógrafo, lotado e com efetivo exercício no 2o. Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros novos), equivalente a 15% sobre o salário mínimo vigente no Estado de Goiás, num total de NCr\$ 108,00 (cento e oito cruzeiros novos), para se deslocar até Gurupi (GO), a fim de transportar lâminas de patrol, no período de 28.08 a 02.09.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969.

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 06 (seis) diárias ao servidor Narciso Ferreira Soares, Operador de Máquina I, lotado e com efetivo exercício no 2o. Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros novos), equivalente a 15% sobre o salário mínimo vigente no Estado de

Goiás, num total de NCr\$ 108,00 (cento e oito cruzeiros novos), para efetuar serviços no trecho Araguaina/Guará e no trecho Guará/Araguaina (GO), no período de 28 de agosto a 02.09.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NORRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dias — 17.10.69)

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM
N. 335/CTAP — DE 24 DE SETEMBRO DE 1969

O Coordenador Técnico-Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS) usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 02920/69-CTAP e

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

R E S O L V E :

Autorizar o pagamento de 10 (dez) diárias ao servidor João Pacheco de Carvalho, Eletricista, lotado e com efetivo exercício no valor unitário de NCr\$ 16,92 (dezesseis cruzeiros novos e noventa e dois centavos), equivalente a 15% sobre o salário mínimo vigente neste Estado, num total de NCr\$ 169,20 (cento e sessenta e nove cruzeiros novos e vinte centavos), para efetuar serviços no 1o. D.R., Km. 92 (PA), no período de 20 a 29.08.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 08 (oito) diárias ao servidor Lourival Pereira do Nascimento, Deschista Auxiliar, com lotação e efetivo exercício no 2o. Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros novos), equivalente a 15% sobre o salário mínimo vigente no Estado de

Goiás, num total de NCr\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro cruzeiros novos), em virtude de seu deslocamento até a 4a. Residência, Araguaina (GO), a fim de executar serviços de escritório em medidas de firmas, no período de 05 a 12.09.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM
N. 336/CTAP — DE 24 DE SETEMBRO DE 1969

O Coordenador Técnico-Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS) usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 02918/69-CTAP e

Considerando os termos da

Resolução n. 014/69, de 10 de

janeiro de 1969,

R E S O L V E :

Autorizar o pagamento de 06 (seis) diárias ao servidor José Alves de Souza II, ocupante do emprego de Condutor de Viatura, lotado e com efetivo exercício no 2o. Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros novos), equivalente a 15% sobre o salário mínimo vigente

do Processo número 02948/69-CTAP e

**AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM
N. 338/CTAP — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1969**

O Coordenador Técnico Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS), usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 03017/69-CTAP e

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 05 (cinco) diárias ao servidor Moisés Nunes Mendes, Auxiliar de Administração, com o encargo de Chefe de Administração Distrital, lotado e com efetivo exercício no 20. Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCr\$ 24,00 (vinte e quatro cruzeiros novos), equivalente a 20% sobre o salário mínimo vigente no Estado de Goiás, num total de NCr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros novos), a fim de orientar e inspecionar serviços do escritório da 4a. Residência, Araguaína (GO), no período de 01.09 a 05.09.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

**AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM
N. 339/CTAP — DE 24 DE
SETEMBRO DE 1969**

O Coordenador Técnico Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS), usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 03028/69-CTAP e

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 10 (dez) diárias ao servidor Raimundo Oneide Gabriel da Silva, Mecânico do I, lotado e com efetivo exercício no 20. Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCr\$ 18,00 (dezo-

lho cruzeiros novos), equivalente a 15% sobre o salário mínimo vigente no Estado de Goiás, num total de NCr\$ 180,00 (cento e oitenta cruzeiros novos), a fim de se deslocar à 4a. Residência, Araguaína (GO), acompanhando eng. ATEC, em reparos de máquinas, no período de 15.08 a 24.08.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia —

**AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM
N. 317/CTAP — DE 16 DE
SETEMBRO DE 1969**

O Coordenador Técnico Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS), usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

Considerando o constante do Processo número 02875/69-CTAP.

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 8 (oito) diárias ao servidor João de Oliveira Aleixo, Engenheiro, exercendo o encargo de Assessor Técnico de Construção e Pavimentação, lotado e com efetivo exercício na Assistência Técnica da CTAP, no valor unitário de NCr\$ 42,00 (quarenta e dois cruzeiros novos), equivalente a 35% sobre o salário mínimo do Estado de Goiás, num total de NCr\$ 336,00 (trezentos e trinta e seis cruzeiros novos), em virtude de ter sido designado para proceder viagem de inspeção na Rodovia Belém-Brasília, até a localidade de Nova Colinas (GO), no período de 17 a 24 de setembro de 1969.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Eng. Chefe CTAP
(Ext. Reg. n. 3341 — Dia —

**AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM
N. 318/CTAP — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1969**

O Coordenador Técnico Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RO-

DOBRAS), usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução n. 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 02914/69-CTAP e

Considerando os termos da Resolução n. 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 03 (três) diárias ao servidor Osmarino Fernandes de Lima, Ajudante de Máquinas, lotado e com efetivo exercício no 10. Distrito Rodoviário, no valor unitário de NCr\$ 23,20 (vinte e oito cruzeiros novos e vinte centavos), equivalente a 25% sobre o salário mínimo vigente neste Estado, num total de NCr\$ 84,60 (oitenta e quatro cruzeiros novos e sessenta centavos), m. virtude de seu deslocamento para esta Sede, a fim de prestar depoimento perante a Justiça do Trabalho, no período de 18.09. a 18.09.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

**AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM
N. 319/CTAP — DE 23 DE
SETEMBRO DE 1969**

O Coordenador Técnico Administrativo do Pará da Comissão Especial de Construção da Rodovia Belém-Brasília (RODOBRAS), usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 02/69, de 03 de janeiro de 1969;

Considerando o constante do Processo número 03026/69-CTAP e

Considerando os termos da Resolução nº 014/69, de 10 de janeiro de 1969,

RESOLVE:

Autorizar o pagamento de 10 (dez) diárias ao servidor Raimundo Nonato Lopes, Condutor de Viatura, lotado e com efetivo exercício no 20. Distrito Rodoviário, no valor de NCr\$ 28,20 (vinte e oito cruzeiros novos e vinte centavos), equivalente a 25% sobre o salário mínimo vigente neste Estado, num total de NCr\$ 282,00 (duzentos e oitenta e dois cruzeiros novos), em virtude de seu deslocamento ao trecho Imperatriz-Belém-Imperatriz, o objeto de serviço, no período de 12 a 21.09.69.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ELMIR NOBRE SAADY
Coordenador

(Ext. Reg. n. 3341 — Dia — 17.10.69)

ANÚNCIOS

**TUBOS PLÁSTICOS DA
AMAZÔNIA S.A. —
TUPLAMA**

Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 3 de outubro de 1969.

Aos três (3) dias de outubro de mil novecentos e sessenta e nove (1969), às dezenove (16) horas, em sede social à Rua Santo Antônio nº 95, — Belém, Pará, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas de TUBOS PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA S.A. — TUPLAMA, representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme consta do "Livro de Presença dos Acionistas", com as especificações legais e conforme se vê da relação anexa de todos os acionistas ordinários da empresa, tendo assu-

mido a direção dos trabalhos, aclamado por todos, o acionista Oswaldo Nasser Tuma, Diretor-Presidente, que convidou para secretariá-lo o acionista Carlos Moacir de Azevedo Guapindala, tendo, em seguida, com aprovação unânime eleito que a dispensa da publicação de Editais de Convocação para a reunião, justificava-se plenamente face à presença de todos os acionistas da sociedade, com direito a voto. Em prosseguimento solicitou ao Secretário que lêsse a proposta da Diretoria, que continha os objetivos da reunião, o que foi feito nestes termos: "Proposta da Diretoria: Srs. Acionistas: Como é de pleno conhecimento de Vv. Ss., mais uma vitória foi alcançada pela TUPLAMA, com a aprova-

ção do projeto de reformulação e ampliação da empresa, pela SUDAM, conforme processo nº 14933/69 e Resolução nº 283 do Conselho Deliberativo daquele Órgão. Os dignos acionistas são conhecedores de detalhes do novo projeto, o que dispensa maiores considerações. Para efeito de execução do novo plano de investimentos e integração dos correspondentes recursos ao capital social, na forma da legislação vigente sobre incentivos fiscais, impõe-se, de acordo com o esquema financeiro aprovado, a alteração do capital autorizado da empresa, alteração essa, ora proposta, que se concretizaria com a seguinte nova redação do artigo 5º, "caput", dos Estatutos Sociais, mantidos os seus parágrafos: Art. 5º — A Sociedade de acordo com os artigos 45 e seguintes da Lei 4.728/65, tem o capital autorizado de NCr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros novos), dividido em 1.037.925 (Um milhão, trinta e sete mil, novecentas e vinte e cinco) Ações Ordinárias, nominativas ou nominativas endossáveis, 3.713.775 (Três milhões, setecentos e treze mil, setecentas e setenta e cinco) Ações Preferenciais, classe "B" e 248.300 (Duzentas e quarenta e cito mil e trezentas) Ações Preferenciais, classe "C", do valor nominal de NCr\$ 1,00 (Um cruzeiro novo) cada uma "era o que tínhamos a propôr a essa Assembléia. Belém, 29 de setembro de 1969. aa) Oswaldo Nasser Tuma — Diretor-Presidente. Edgard Mário de Medeiros Sobrinho — Diretor-Administrativo Comercial. Carlos Moacir de Azevedo Guapindaia — Diretor-Industrial". Parecer do Conselho Fiscal: Analisar a proposta da Diretoria, de 29 de setembro de 1969, que versa sobre o aumento de capital social autorizado de NCr\$ 2.600.000,00 (Dois milhões e seiscentos mil cruzeiros novos), para NCr\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros novos), para efeito de execução do projeto de ampliação aprovado pela SUDAM, através da Resolução nº 283/69, somos de parecer que a referida proposta deve ser aprovada pela Assembléia

Geral, por atender aos interesses sociais. Belém, 1 de outubro de 1969. aa) Orlando de Almeida Corrêa, Conselheiro; Ladislau de Almeida Moreira, Conselheiro; Ricardo Aurélio de Bastos Vasques, Conselheiro. Em seguida, submetida à discussão, sem que ninguém se manifestasse, e posteriormente à votação, a proposta da Diretoria foi aprovada por unanimidade, passando o Art. 5º "caput" dos Estatutos Sociais a vigorar com a redação constante da referida proposta, para todos os efeitos de direito. Finalmente, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, como ninguém mais quisesse usar da palavra, suspendeu os trabalhos para a lavratura desta Ata, a qual, reaberta a reunião, foi lida e aprovada, sem restrições e por unanimidade, pelo que vai assinada por todos os presentes. aa) Oswaldo Nasser Tuma — Presidente. Carlos Moacir de Azevedo Guapindaia — Secretário, Jesus do Bonfim Mário de Medeiros, Newton Corrêa Vieira, Albertina Costa Vieira, Norma Araújo Tuma, Carlos Acatauassú Nunes, Sulamita Bastos de Medeiros. Dirce da Conceição Jucá de Azevedo Guapindaia, Maria Cleyde Tobias Acatauassú Nunes.

Confere com o original.

Oswaldo Nasser Tuma

Presidente

BANCO DO ESTADO DO PARÁ, S.A. — NCr\$ 250,00 — Pagou os emolumentos na 1a. via, na importância de duzentos e cinquenta cruzeiros novos.

Belém, 6 de outubro de 1969.
a) Ilegível.

CARTÓRIO KÓS MIRANDA — Reconheço a assinatura de Oswaldo Nasser Tuma.

Belém, 6 de outubro de 1969. Em testemunho C.N.A.R. da verdade.

a) **Carlos N. A. Ribeiro**

Tabelião Substituto

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARA — Esta Ata em 8 vias, foi apresentada ao Presidente comunicou aos acionistas que se encontravam sobre a mesa à disposição dos acionistas, os documentos referentes ao Relatório da Diretoria, Balanço Geral, demonstração da Conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício da no dia 6 de outubro de 69, de mil novecentos e sessenta e oito (1968), documentos éstes do Diretor de mesma tes anteriamente publicados, contendo uma (1) fólha no DIÁRIO OFICIAL do Estado, número 13.404, que vão por do do Pará, edição de 16 de

maio de 1969. Por solicitação da Presidência, a secretária leu em voz alta, os documentos acima referidos. Terminada a leitura, o Presidente declarou que os precipitados documentos se encontravam em discussão. Sucessivamente discutida e votada a matéria, que é prevista no item a, do edital de convocação, verificou-se afinal, que a Assembléia Geral, sem divergência de votos, com abstenção dos legalmente impedidos, aprovou o Relatório da Diretoria, Balanço Geral e respectiva conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, todos êsses documentos referentes ao exercício encerrado em trinta e um de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente suspendeu a sessão por dez minutos, para elaboração de chapas para a composição do Conselho Fiscal e Suplentes, com mandato para o exercício de mil novecentos e sessenta e nove. Reaberta a sessão e realizada a eleição por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado. Conselho Fiscal:

Membros Efetivos: Rudolph Möller, alemão, comerciante, casado, Aldebaro Cavaleiro de Macêdo Klautau Filho, brasileiro, advogado, casado; Nicholas Ellis Chase, brasileiro, engenheiro, viúvo; Suplentes: João Queiroz de Figueiredo, comerciante, Dilermando Guedes Cabral, comerciante, Alfen Ferreira de Souza, Técnico em Contabilidade, brasileiros, casados, sendo todos domiciliados e residentes nesta cidade, tendo a eleição se efetivado por unanimidade de votos. O acionista Ruy Nobre de Brito, propos fôssem fixados os mesmos honorários mensais para cada um dos membros atuais do Conselho Fiscal efetivo, estipulado no exercício próximo findo, o que foi aprovado por todos os presentes. Em seguida, o Senhor Presidente pôs a palavra à disposição de quem quisesse usá-la e como ninguém se manifestasse, suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, que, reiniciados os trabalhos, foi lida, achada conforme e aprovada sem impugnação pelos presentes e por isso vai assi-

gnada. Belém, 6 de outubro de 1969. Ata em 8 vias, foi apresentada ao Presidente comunicou aos acionistas que se encontravam sobre a mesa à disposição dos acionistas, os documentos referentes ao Relatório da Diretoria, Balanço Geral, demonstração da Conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício da no dia 6 de outubro de 69, de mil novecentos e sessenta e oito (1968), documentos éstes do Diretor de mesma tes anteriamente publicados, contendo uma (1) fólha no DIÁRIO OFICIAL do Estado, número 13.404, que vão por do do Pará, edição de 16 de

nada pela mesa e demais acionistas que desejarem. Belém, 20 de maio de 1969. (aa) Hans Steffen, Thereza de Jesus Alves de Brito, Moller S. A. Comércio e Representações. Ruy Nobre de Brito, Maria Helena Moller Steffen, Hermano Cardoso Fernandes, pp. de Fischer S. A. Comércio Indústria e Agricultura, Alfen Ferreira de Souza pp. de Empreendimentos Industriais e Comerciais Hanesística. Esta Ata é cópia autêntica da que se acha lavrada no Livro de Atas de Assembléia Gerais de Tágide Representações S. A.

Belém, 20 de maio de 1969.

(a) Thereza de Jesus Alves de Brito

CARTÓRIO CHERMONT — Reconheço a firma supra de: Thereza de Jesus Alves de Brito.

Belém, 29 de setembro de 1969.

Em testemunho, H.M. da verdade.

(a) Humberto Mendes
Tab. Substituto

BANCO DO ESTADO DO PARÁ, S. A. — NCr\$ 10,00. Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de dez cruzeiros novos.

Belém, 3 de outubro de 1969.
(a) Illegível

Junta Comercial do Estado do Pará — Esta Ata em 5 vias foi apresentada no dia 6 de outubro de 1969, e mandada arquivar por Despacho do Diretor de mesma data, contendo duas (2) fôlhas de ns. 13.453|54, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o número 3689|69. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro Oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 6 de outubro de 1969

O Diretor: OSCAR FACIOLA
(Ext. Reg. n. 3399 — Dia — 171069)

**REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL
COMARCA DE GOIANIA
ESTADO DE GOIAS
Cartório do 5º Ofício
TABELIONATO CÂNDIDO
DE OLIVEIRA**

Rua 3 N.º 88 — Fone 6-1814 —
Goiânia — Goiás

Dr. João Cândido de Oliveira
Tabelião Vitalício

Dr. Jovenny Sebastião Cândido de Oliveira
Tabelião Substituto

ESCREVENTES:

Luiz Calixto Demarck Oliveira — Autorizado; Edmar Dias dos Santos; Ismael de Lima e Silva

LIVRO N.º 126 — Fls. 41|50v.

CERTIDÃO

**ESCRITURA PÚBLICA DE
CONSTITUIÇÃO DA FIRMA**

"C O M E X"

VALOR NCr\$ 20.000,00

SAIBAM QUANTOS, este público instrumento de escritura de constituição da firma "COMEX", virem que, aos nove (9) dias do mês de maio (05) no ano de mil novecentos e sessenta e nove (1969), nesta cidade de Goiânia, térmo e Comarca do mesmo nome, Capital do Estado de Goiás, em meu Cartório por me ser distribuída esta, perante mim, Tabelião Substituto compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber:

1.º — RAUL MARIANO ALVES, brasileiro, casado, industrial, residente à Rua 102 n. 132 — Goiânia, Goiás, Carteira de Identidade n. 164750 (GO); 2.º) RONAN RIBEIRO MARIANO, brasileiro, solteiro, industrial, residente à Rua 102 n. 132 — Goiânia, Goiás, Carteira de Identidade n. 84268 — (GO); 3.º) ADEMAR MARIANO RIBEIRO, brasileiro, solteiro, economista, também residente à Rua 102 n. 132 — Goiânia, Goiás, Carteira de Identidade 84269 — (GO); 4.º) DULCE RIBEIRO ALVES, brasileira, casada, do lar, residente à Rua 102 n. 132 — Goiânia, Goiás, Título Eleitoral n. 42822 — 1a. Zona (Goiânia); 5.º ARLEY CARVALHO TRINDADE, brasileiro, casado, publicitário, residente à Rua Minas Gerais n. 368 — Divinópolis — (Minas Gerais), Carteira de Iden-

tade n. 489.517 (MG); 6.º PETRÔNIO TRINDADE, brasileiro, solteiro, universitário, residente à Av. Contorno, n. 971 — Belo Horizonte (MG), Carteira de Identidade n. 777.193 — (MG) neste ato, representado por seu bastante procurador Arly Carvalho Trindade, brasileiro, casado, publicitário, residente à Rua Minas Gerais, n. 368 — Divinópolis, Minas Gerais, Procuração lavrada às fls. digo às notas do Cartório Triginelli — 3o. Ofício de Notas de Belo Horizonte, livro n. 289, fls. 177, em cinco de maio de 1969; — 7.º) JOSE MARIA TRINDADE, brasileiro, solteiro, comerciante, residente à Av. Contorno n. 971 — Belo Horizonte (Minas Gerais), Carteira de Identidade n. 477.373 (MG), neste ato, representado, por seu bastante procurador, Arly Carvalho Trindade, brasileiro, casado, publicitário, residente à Rua Minas Gerais n. 368 — Divinópolis (MG); procuração lavrada nas notas do Cartório Triginelli — 3o. Ofício de Notas de Belo Horizonte, livro n. 289, fls. 176, em 05 de maio de 1969, procurações estas, que ficam arquivadas neste Cartório; — pessoas minhas conhecidas e das testemunhas infra-nomeadas e assinadas, que também conheço, do que dou fé, bem como que da presente será remetida nota ao competente distritador na forma da lei. E perante as mesmas testemunhas pelas partes me foi dito: 1.º que tinham acordado a constituição de uma "Companhia", sob a denominação de "COMEX" — COMPANHIA MADEIREIRA EXPORTADORA, com sede na Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, tendo por objeto: a) extração, beneficiamento e industrialização da madeira; b) reflorestamento e florestamento, que se regerá pelo seguinte Estatuto: — "CAPÍTULO 1º — Denominação, Sede Objeto e Prazo — Art. 1º — A COMEX — COMPANHIA MADEIREIRA E EXPORTADORA, ora constituída, é uma Companhia que será regida pelo presente Estatuto, e pela legislação que lhe fôr aplicável, notadamente pelo Decreto-Lei n. 2.627, de 26.09.1940. Art. 2º — A Companhia tem sua sede e fôro jurídico na Cidade e Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, podendo a sua diretoria, independentemente de nova autorização da Assembléia Geral, criar e extinguir filiais, agências, escritórios e representantes, em qualquer localidade do país, e do exterior. Art. 3º — O objeto social é extração, beneficiamento, e industrialização da madeira, reflorestamento e florestamento. Art. 4º — O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. CAPÍTULO II — Do Capital Social e das Ações. — Art. 5º — O Capital social é de NCr\$ 20.000,00 (Vinte Mil Cruzeiros Novos), dividido em 20.000 (vinte mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de NCr\$ 1,00 (Um Cruzeiro Novo) cada. Art. 6º — A integralização das ações, poderá dar-se mediante o ingresso em dinheiro ou mediante a incorporação de bens móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpórios, susceptíveis de avaliação em dinheiro. Art. 7º — É assegurado aos acionistas detentores de ações ordinárias, o direito de preferência na subscrição de novas ações da Companhia, dentro da proporcionalidade d a s ações desta Categoria, que já possuirem à data de cada emissão. Parágrafo Único — O direito de preferência neste artigo será exercido dentro do prazo improrrogável de trinta (30) dias contados da data do anúncio para esse fim, que deverá ser feito no Diário Oficial do Estado e em Jornal de grande circulação. Não exercitado esse direito de preferência no prazo previsto, poderá a Diretoria, livremente, colocar as ações que, digo, colocar as ações entre outros acionistas ou entre terceiros. Art. 8º — A Companhia poderá emitir (emitir) títulos múltiplos de ações. Art. 9º — (Após) A posse de uma ou mais ações da Companhia importará, para o acionista, desde logo, na aceitação d este Estatuto e das deliberações que forem

tomadas pela Assembléia Geral. Art. 10. — Cada ação ordinária dá direito a um voto. CAPÍTULO III — Da Diretoria — Art. 11. — A Sociedade será administrada por uma diretoria composta de 3 (três) membros, sendo: Um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Industrial,acionistas ou não residentes no país e com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. § 1º. — O mandato dos membros da Diretoria sómente se extinguirá com a eleição e a posse de seus substitutos. § 2º. — Antes de entrar em exercício, cada Diretor, apresentará a caução de seu mandato com cem (100) ações da companhia, próprias ou de terceiros. Art. 12. — Em caso de vaga, impedimento ou renúncia de um dos membros da Diretoria, os restantes em reunião, designarão por unanimidade o substituto para exercer o cargo em aberto, se julgarem necessário, até a primeira Assembléia Geral Ordinária, que elegerá o substituto definitivo. Art. 13. — Não havendo a unanimidade prevista, no artigo anterior, será imediatamente convocada a Assembléia Geral Extraordinária, salvo se for feita não impedir o funcionamento regular da Companhia, caso em que poderá ser aguardado, à época da convocação da primeira Assembléia Geral Ordinária, seguinte. Art. 14. — Os diretores reunir-se-ão sempre que for necessário e as suas reuniões ou decisões, constarão do livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Art. 15. — A Diretoria, além das atribuições legais, compete: a) Ao Diretor-Presidente: a) A prática dos atos administrativos, além de presidir reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral; b) Ao Diretor Administrativo, atribuir-se a supervisão direta dos serviços da secretaria, da tesouraria e de pessoas da Companhia; c) Ao Diretor Industrial, cabe a orientação do Setor Técnico Industrial da Companhia, inclusive oficinas mecânicas e almoxarifado. Art. 16. — A Diretoria fica investida de plenos e especiais poderes para praticar

todos os atos da administração social. Art. 17. — A representação judicial da Companhia, ativa ou passivamente, cabe a qualquer dos diretores, indistintamente. Art. 18. — A representação extra-judicial da Companhia, ativa ou passivamente, cabe sempre a todos os diretores conjuntamente que, desta forma, podem obrigar validamente a Companhia em qualquer ato compreendido no seu objeto social, ou se autorizado pelo órgão colegiado da Diretoria, em outros quaisquer atos, que mais especiais que sejam. Art. 19. — Fica expressamente proibido aos Diretores, aceite de favores, concessão de avais, fianças e outras obrigações que refundem-se em outros quaisquer atos, que mais especiais que sejam. Art. 20. — O Conselho Consultivo Fiscal será composto de três (três) membros efetivos de sua sociedade, ou exigirem, observado o número de suplentes, nomeadas pelas respectivas legais, acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente. Os anúncios de convocação serão publicados pela imprensa Assembléia Geral Ordinária, na forma e prazo da Lei, admitindo-se a reeleição, desde que cumprido o prazo do Art. 21. — A remuneração dos membros do Conselho Consultivo Fiscal será fixada anualmente da reunião. Art. 22. — O Conselho Fiscal, contas da administração, exercerá as atribuições referentes ao balanço anual, parecer dos poderes que lhe confiram, constituição a Lei. Art. 23. — Os acionistas dissidentes que determinam a apuração de lucros e matérias pelo menos 1/5 (um quinto) correlatas, alegando isenção do capital social, com direito que oportuno os membros da a voto, poderão eleger separadamente, e, em qualquer hidamente um membro alternativo, pôde ser os membros do Conselho Fiscal e o Conselho Fiscal, bem como fixar respectivo suplente. Art. 24. — O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente de três (3) meses e extraordinariamente aprovados os constantes do encerramento da sua convocada pela Diretoria, ou convocação. Art. 25. — As dois de seus membros que remuneradas, se excelem 1/5 (um quinto) do capital social. Art. 26. — Em caso de vaga de um membro, não se computando o efetivo do Conselho Fiscal se que permanecem abertos, CAPÍTULO VI — Da Execuição Social — Art. 27. — Os suplentes, na ordem em que tenham sido eleitos. Art. 28. — O Conselho Fiscal, podendo nomear, contratar um contador, delegado, auditor, comitê civil, e especialmente habilitado para esse fim. Art. 29. — No âmbito de cada setor, os seus trabalhos: a) Executivos sociais relevantes; b) Único — O conselheiro contra um balanço geral em todos tado, na forma deste artigo, os valores ativos e passivos da

Companhia para conhecimento do resultado econômico financeiro do exercício. Art. 30. — Apurados os lucros do balanço do exercício, após a constituição das provisões, fundos e depreciações exigidas pela legislação fiscal vigente, fará a Diretoria a seguinte aplicação: a) deduzirá a importância correspondente a 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, a qual não deverá ultrapassar a 20% (vinte por cento) do valor do capital social e que terá por finalidade a prevista na Lei; b) deduzirá a importância de 5% (cinco por cento) para constituição de reserva especial a qual não deverá ultrapassar o montante do capital social; c) 10% (dez por cento) para o fundo de participação dos empregados, incidindo diretamente sobre os lucros líquidos, sendo que 5% (cinco por cento) serão comprovadamente aplicados em obras de assistência médico-hospitalar e social e 5% (cinco por cento) serão distribuídos aos empregados, na forma de gratificação, obrigatoriamente, no curioso do exercício subsequente ao da apuração dos lucros obedecidos os critérios de tempo de serviço e salários percebidos pelos empregados no exercício social; d) O saldo existente terá o destino que a Diretoria indicar "Ad Referendum" da Assembléia Geral e com audiência do Conselho Fiscal. CAPÍTULO VIII — Da Liquidação — Art. 35. — Compete à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação da sociedade, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal, para servirem no período de liquidação, fixando-lhes poderes e remunerações. Art. 36. — Após a liquidação e pagamento de todo o passivo será o saldo aplicado no resgate das ações, sempre em função do capital subscrito e integralizado, distribuindo-se o remanescente aos acionistas, na proporção de suas ações. CAPÍTULO VIII — Art. 37. — Os casos omissos neste artigo, serão regulados e decididos conforme as disposições legais aplicáveis à espécie. 2º. Que na Banco do Brasil S/A., nesta Cidade de

Goiânia, Capital do Estado de Goiás, umiam feito depósito da parte ao Capital em dinheiro, correspondente a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, documento que foi expedido e que é do seguinte teor: — Guia de Recolhimento. NCr\$ 2.000,00 — COMEX — Companhia Madeireira Exportadora, com sede em Belém, Estado do Pará, ora em organização, em cumprimento ao disposto no Art. 1º do Decreto Lei n. 3.909 de 01.11.1943 e do Art. 19, item V da Lei n. 4.595 de 31.12.64, depositada no Banco do Brasil S.A., agência de Goiânia, a importância de NCr\$ 2.000,00 (Dois Mil Cruzeiros Novos) correspondente a 10% (dez por cento) do capital da Companhia, subscrito em dinheiro, e para os fins previstos no § 2º do Art. 1º do Decreto Lei n. 3.906 de 01.11.43, menciona a seguir os acionistas: 1.) Arly Carvalho Trindade — Av. Minas Gerais 368 — Divinópolis — MG — 8.000 (Oito Mil) ações ordinárias, NCr\$ 8.000,00 (Oito Mil Cruzeiros Novos); 2) Raul Mariano Alves — Rua 102 n. 132 — Goiânia — GO. — 3.000 (Três Mil) ações ordinárias, NCr\$ 3.000,00 (Três Mil Cruzeiros Novos); 3) Ronan Ribeiro Mariano — Rua 102 n. 132 — Goiânia — GO. — 3.000 (Três Mil) ações ordinárias, NCr\$ 3.000,00 (Três Mil Cruzeiros Novos); 4) Ademar Ribeiro Mariano — Rua 102 n. 132 — Goiânia — GO. — 3.000 (Três Mil) ações ordinárias, NCr\$ 3.000,00 (Três Mil Cruzeiros Novos); 5) Petrônio Trindade — Av. Contorno 971 — Belo Horizonte — MG; 1.000 (Huma Mil) ações ordinárias, NCr\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzeiros Novos); 6) José Maria Trindade, Av. Contorno n. 971 — Belo Horizonte — MG; 1.000 (Huma Mil) ações ordinárias, NCr\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzeiros Novos). Goiânia, 09 de maio de 1969. (a) Arly Carvalho Trindade. Via de identificação mecanica.

(PA); 2.) Orlando dos Anjos Silva, brasileiro, casado, economista, residente à Travessa Castelo Branco n. 1462 — Belém, Estado do Pará — Carteira de Identidade Profissional n. 029 (Conselho Regional de Economistas do Pará); 3.) Robles Azzi, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua Boaventura da Silva n. 1430 apto. 101 — Belém, Estado do Pará — Carteira de Identidade n. 48.687 (GO); — 5.) A Diretoria tinha a sua remuneração prevista no artigo 29 dos estatutos, fixando-se em NCr\$ 1.500,00 (Hum Mil e Quinhentos Cruzeiros Novos) mensais para cada Diretor, sendo a remuneração do Conselho Fiscal NCr\$ 50,00 (Cinquenta Cruzeiros Novos) para cada membro, a pagar de três (3) em três (3) meses. Pediram-me esta Escritura, que fiz lavrar pelo Escrivente Juramentado Ismael de Lima e Silva, o qual depois de lida às partes, na presença das testemunhas — Israel Barros de Abreu, Priamo Silvério Araújo, comício, Jovenny Sebastião Cândido de Oliveira, 5º Tabellão Substituto, industrial, residente à Rua tituto, que a subscrevo, dou fé e assino. (a) Jovenny Sebastião Cândido de Oliveira, 5º Tabellão Substituto. Goiânia, 09 de maio de 1969. (a) Raul Mariano Alves. (a) Ronan Ribeiro Mariano. (a) Ademar Mariano Ribeiro. (a) Dulce Ribeiro Alves — 1.000 (Huma Mil) ações, no valor total de NCr\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzeiros Novos), tendo integralizado a quantia de 10% (dez por cento) ou seja, NCr\$ 100,00 (Cem Cruzeiros Novos), restando a integralizar NCr\$ 900,00 (Novecentos Cruzeiros Novos); — g) José Maria Trindade — ações subscritas: 1.000 (Huma Mil) ações, no valor total de NCr\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzeiros Novos) tendo integralizado a quantia de 10% (dez por cento), ou seja NCr\$ 100,00 (Cem Cruzeiros Novos), restando a integralizar NCr\$ 900,00 (Novecentos Cruzeiros Novos); — 1.000 (Huma Mil) ações, no valor total de NCr\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzeiros Novos) tendo integralizado a quantia de 10% (dez por cento), ou seja, NCr\$ 100,00 (Cem Cruzeiros Novos); — 3.000 (Três Mil) ações subscritas: 3.000 (Três Mil) ações, no valor total de NCr\$ 3.000,00 (Três Mil Cruzeiros Novos), tendo integralizado a quantia de 10% (dez por cento), ou seja, NCr\$ 300,00 (Trezentos Cruzeiros Novos), restando a integralizar NCr\$ 2.700,00 (Dois Mil e Setecentos Cruzeiros Novos); — d) Dulce Ribeiro Alves — ações subscritas: 3.000 (Três Mil) ações, no valor total de NCr\$ 3.000,00 (Três Mil Cruzeiros Novos), tendo integralizado a quantia de 10% (dez por cento), ou seja, NCr\$ 300,00 (Trezentos Cruzeiros Novos), restando a integralizar NCr\$ 2.700,00 (Dois Mil e Setecentos Cruzeiros Novos); — e) Ademar Mariano Ribeiro — ações subscritas: 3.000 (Três Mil) ações, no valor total de NCr\$ 3.000,00 (Três Mil Cruzeiros Novos), tendo integralizado a quantia de 10% (dez por cento), ou seja, NCr\$ 300,00 (Trezentos Cruzeiros Novos), restando a integralizar NCr\$ 2.700,00 (Dois Mil e Setecentos Cruzeiros Novos); — f) Petrônio Trindade — ações subscritas: 1.000 (Huma Mil) ações no valor total de NCr\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzeiros Novos), tendo integralizado a quantia de 10% (dez por cento), ou seja, NCr\$ 100,00 (Cem Cruzeiros Novos), restando a integralizar NCr\$ 900,00 (Novecentos Cruzeiros Novos); — 1.000 (Huma Mil) ações no valor total de NCr\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzeiros Novos), tendo integralizado a quantia de 10% (dez por cento), ou seja, NCr\$ 100,00 (Cem Cruzeiros No-

Goiânia, 09 de maio (05) de 1969.

Dr. Jovenny Sebastião Cândido de Oliveira — 5º Tabellão Substituto.

GUIA DE RECOLHIMENTO

NCR\$ 2.000,00

"COMEX" — Companhia Madeireira Exportadora, com sede em Belém, Estado do Pará, era em organização, em cumprimento ao disposto no Art. 1º do Decreto Lei n. ... 5.956, de 01.11.1948, e do Art. 19 item V da Lei n. 4.596 de 31.12.1964, deposita no Banco do Brasil S.A., Agência de Colônia, a importância de NCR\$ 2.000,00 (Dois Mil Cruzeiros Novos), correspondente a 10% (dez por cento) do capital da Companhia, subscrito em dinheiro, e para os fins previstos no § 2º do artigo 1º do Decreto-Lei n. 5.956 de ... 01.11.1948, credencia a seguir os acionistas:

Acionistas	Nº de Ações	Valor NCR\$
Ady Carvalho Trindade — Av. Minas Gerais, 368 — Divinópolis — MG.	8.000	8.000,00
Raul Mariano Alves — Rua 102 n. 132 — Goiânia — GO.	3.000	3.000,00
Ronan Roberto Medeiros — Rua 102 n. 132 — Goiânia — GO.	3.000	3.000,00
Ademar Mariano Ribeiro — Rua 102 n. 132 — Goiânia — GO.	3.000	3.000,00
Petrônio Trindade — Av. Contorno, 971 — Belo Horizonte — MG.	1.000	1.000,00
José Maria Trindade — Av. Contorno n. 971 — Belo Horizonte — MG.	1.000	1.000,00
Dulce Ribeiro Alves — Rua 102 n. 132 — Goiânia — GO.	1.000	1.000,00
Goiânia, 09 de maio de 1969.		
a) Ady Carvalho Trindade		

Cartório Cherment

Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática concorda com o original, que me foi exibido nesta data, pelo qual autentico esta via.

Em sinal E.V. da verdade.

Belém, 23 de maio de 1969.

Zeno Veloso — Tabelião Substituto

Cartório do 3º Ofício de Notas

Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática concorda com o original, que me foi exibido nesta data, pelo qual autentico esta via.

Em sinal A.Q.S. da verdade

Belém, 01 de Outubro de 1969

Adriano de Queiroz Santos — Tabelião Substituto

Cartório Queiroz Santos

Reconheço, por ter conferida com outra existente em meu arquivo, a assinatura supra assinalada com esta selo.

Belém, 01 de Outubro de 1969.

Adriano de Queiroz Santos — Tabelião Substituto

Banco do Estado do Pará, S.A.

NCR\$ 30,00

Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de Trinta Cruzeiros Novos)

Belém, 01 de Outubro de 1969.

a) Ilegível.

Junta Comercial do Estado do Pará

Esta Ata de Constituição Social em 3 vias foi apresentada no dia 01 de Outubro de 1969 e mandada arquivar pelo Despacho do Diretor de 3 do mesmo, contendo cinco (5)

fls. de fls. 14.368/312, que vio por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que-faco uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3662/69. E para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 03 de Outubro de 1969.

O Diretor: OSCAR FACIOLA

(Ext. Reg. n. 3.398 — Dia: 17.10.69).

— POLIPLAST S.A. —

PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA

Ata da reunião da Diretoria, realizada no dia 25 de setembro de 1969.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 1969 (mil novcentos e sessenta e nove), às 14 (quatorze) horas em sua sede social à Rua Santo Antônio nº 95 (noventa e cinco), nessa cidade de Belém, capital do Estado do Pará, reuniu-se a Diretoria de POLIPLAST S.A., PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA, presentes os Diretores no fim assinados, constituindo a maioria dos membros da Diretoria. Assumindo a direção dos trabalhos o Diretor-Presidente, comunicou, que, de acordo com o DI/DII—OFÍCIO Nº 2653/69, do dia 25 de setembro de 1969, recebido do Departamento de Incentivos, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, já se encontravam habilitados na forma da Lei Nº 5174, de 27 de outubro de 1966, pessoas jurídicas, para subscriver mais 273.942 (duzentas e setenta e três mil, novecentas e quarenta e duas) Ações Preferenciais, Classe "B", da empreesa, para subscrição na forma do projeto aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, por titulares de depósitos decorrentes de deduções do Imposto de Renda, observada a legislação em vigor. Em seguida o Diretor-Presidente, esclareceu que, com a subscrição das novas ações, cuja emissão acabaria de ser autorizada, assim ficaria a situação do capital da empreesa: Capital Autorizado: NCR\$ 2.230.000,00 (Dois milhões, duzentos e trinta mil cruzeiros novos), divididos em 470.000 (quatrocentas e setenta mil) Ações Ordinárias Nominativas ou Nominativas Endossáveis; 1.672.500 (Um milhão, seiscentas e setenta e duas mil e quinhentas) Ações Preferenciais, Classe "B", do valor nominal de ... NCR\$ 1,00 (Um cruzeiro novo), cada uma; 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) Ações Preferenciais, Classe "A", do valor nominal de ... NCR\$ 1,00 (Um cruzeiro novo) cada uma. Capital Subs-

erito: NCr\$ 327.000,00 (Trezentos e vinte e sete mil, cinqüenta e cinco novos), totalizando ... 327.000 (trezentas e vinte e sete mil) Ações Ordinárias Nominativas ou Nominativas Endossáveis; NCr\$ 1.103.913,00 (Um milhão, cento e três mil, novecentos e treze cruzeiros novos), no total de 1.103.913 (um milhão, cento e três mil, novecentas e treze) Ações Preferenciais, Classe "B" e NCr\$ 87.500,00 (Oitenta e sete mil e quinhentos cruzeiros novos), total de 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) Ações Preferenciais Classe "A". E, como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata.

Belém, 25 de setembro de 1969.

Jesus do Bonfim Mário de Medeiros

Diretor-Presidente

Carlos Acatauassú Nunes

Diretor-Comercial

Carlos Moacir de Azevedo

Guapindaia

Diretor-Industrial

Cartório Kós Miranda

Reconheço as 3 (três) assinaturas supra assinaladas.

Em sinal C.N.A.R. da verdade Belém, 26 de outubro de 1969.

a) **Carlos N. A. Ribeiro**
Tabelião Substituto

Banco do Estado do Pará, S/A
NCr\$ 130,00

Pagou os emolumentos na 1a via na importância de cento e trinta cruzeiros novos.

Belém, 26 de setembro de 1969
a) Illegível

Junta Comercial do Estado do Pará

Esta Ata Diretoria em 8 vias foi apresentada no dia 29 de setembro de 1969 e mandada arquivar por despacho do Diretor de mesma data, contendo 2 folhas de ns. 13.235/36, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, da que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3600/69. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 29 de setembro de 1969.

O DIRETOR — Oscar Faciola O DIRETOR — Oscar Faciola

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal, da sociedade Poliplast S/A Plásticos da Amazônia, reunidos em sua sede social em Belém, capital do Estado do Pará à Rua Santo Antônio n. 95 (noventa e cinco), às 17 (dezessete) horas do dia 25 (vinte e cinco) de setembro de 1969 (mil novecentos e sessenta e nove), analisando a proposta da Diretoria, referente à emissão de 273.942 (duzentas e setenta e três mil, novecentas e quarenta e duas), ações preferenciais, classe "B" subscritas por titulares de depósitos decorrentes de dedações do Imposto de Renda, na forma da Lei n. 5174, de 27 de outubro de 1966, concordam, plenamente com a emissão pretendida.

Belém, 25 de setembro de 1969

a) **Orlando de Almeida Corrêa**

Conselheiro

a) **Orlando Pereira de Albuquerque**

Conselheiro

a) **Oswaldo Nasser Tuma**

Conselheiro

Cartório Kós Miranda

Reconheço as 3 (três) assinaturas supra assinaladas.

Em sinal C.N.A.R. da verdade Belém, 26 de setembro de 1969

a) **Carlos N. A. Ribeiro**
Tabelião Substituto

Banco do Estado do Pará, S/A
NCr\$ 10,00

Pagou os emolumentos na 1a via na importância de dez cruzeiros novos.

Belém, 26 de setembro de 1969
a) Illegível

Junta Comercial do Estado do Pará

Este Parecer do Conselho Fiscal em 8 vias foi apresentado no dia 29 de setembro de 1969 e mandado arquivar por despacho do Diretor de mesma data, contendo uma (1) folha de n. 13.237, que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha, da que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3601/69. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 29 de setembro de 1969.

O DIRETOR — Oscar Faciola O DIRETOR — Oscar Faciola

POLIPLAST S/A — PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA

BOLETIM DE SUBSCRIÇÕES, de Ações Preferenciais, Classe "B", cuja emissão foi autorizada na Reunião da Diretoria, realizada no dia 25 (vinte e cinco) de setembro de 1969 (mil novecentos e sessenta e nove). As ações Preferenciais ora subscritas por titulares de recursos proveniente de dedações do Imposto de Renda, na forma da Lei n. 5174, de 27 de outubro de 1966, são obrigatoriamente nominativas e intransferíveis pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da subscrição, tendo o valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo), cada uma. Os Subscritores, estão de pleno acordo com os Estatutos da Sociedade.

Número do Subscritor	Quantidade de Ações	Forma integrização
Beleitum		100% recurso da Lei n. 5174/66
138 Charone & Filho Ltda. (Sucessora de Charone & Filho), com sede em Belém, Estado do Pará à Rua Senador Manoel Barata n. 483, representada neste ato pelo seu Procurador, Jesus do Bonfim Mário de Medeiros, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	1.267 1.267,00 1.267,00	
139 Companhia de Cigarros Souza Cruz, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Rua da Candelária n. 66, representada neste ato pelo seu Procurador, Jerry J. Necyk conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	271.655 271.655,00 271.655,00	
140 Irmãos Chamma & Cia. com sede em Belém, Estado do Pará à Rua 28 de Setembro n. 269, representada neste ato pelo seu Procurador, Jesus do Bonfim Mário de Medeiros, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	361 361,00 361,00	
141 Transpesa — Transportes Pesados Ltda., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Santa Marina, n. 1444, representada neste ato pela sua Procuradora, Odineá Gaspar Barbosa, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	659 659,00 659,00	
T O T A L	273.942 273.942,00 273.942,00	

Belém, 25 de setembro de 1969
a) **Jesus do Bonfim Mário de Medeiros**

Diretor-Presidente
Carlos Acatauassú Nunes
 Diretor-Comercial
Carlos Moacir de Azevedo Guapindiba
 Diretor-Industrial
PJP Charone & Filho Ltda.
Jesus do Bonfim Mário de Medeiros
PJP Companhia de Cigarros Souza Cruz
Jerry J. Necyk
PJP Transpresa — Transportes Pesados Ltda.
Odínio Gaspar Barbosa

CARTÓRIO KOS MIRANDA — Reconheço as 6 (seis) assinaturas supra assinaladas.

Em sinal C. N. A. R. da verdade.
 Belém, 26 de setembro de 1969.

a) **CARLOS N. A. RIBEIRO**
 Tabelião Substituto

BANCO DO ESTADO DO PARÁ, S/A — NCr\$ 10,00 —
 Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de dez cruzeiros novos. — Belém, 26 de setembro de 1969. — a) Ilegível.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — Este Boletim de Subscrição em 8 vias foi apresentado no dia 29 de setembro de 1969 e mandado arquivar por despacho do Diretor de mesma data, contendo 2 fólihas de ns. 13.238/39, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3602/69. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 29 de setembro de 1969.

O DIRETOR — OSCAR FACIOLA

(Ext. — Reg. n. 3403 — Dia 17.10.69)

NORTUBO S. A. — TUBOS E PERFILEADOS
 Ata da reunião da Diretoria da Nortubo S. A. — Tubos e Perfilados, realizada em 16 de setembro de 1969. Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o número 04.939.971/1.

Aos desesseis (16) dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e nove (1969), às 14 horas, na sede social sita à Avenida Presidente Vargas, n. 351 — sala 406, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, reuniu-se a Diretoria da Nortubo S. A. — Tubos e Perfilados, para deliberar sobre a subscrição e integralização imediata de 463.000 (quatrocentas e seiscentas e três mil) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo), cada uma, estando presentes os Senhores Anders Henrik Vestergaard, Sigfred Larsen, Victoriano Orlando Gonzalez Garcia, Afonso Furtado de Lima, Júlio da Silva

to de crédito em contas correntes, esclarecendo, outrossim, que o Conselho Fiscal, previamente ouvido, emitiu parecer favorável à proposta da Diretoria, acima transcrita, do seguinte teor: «Parecer do Conselho Fiscal — Senhores Acionistas: Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Nortubo S. A. — Tubos e Perfilados, verificando que o atual capital social subscrito, no valor de NCr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros novos), está totalmente integralizado e, consultados pela Diretoria da citada empresa sobre a proposta de aumento de capital social, mediante a integralização imediata em dinheiro ou aproveitamento de crédito em contas correntes, com a emissão e subscrição de 463.000 (quatrocentas e sessenta e três mil) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma, do capital autorizado, verificando ser a proposição do interesse da Sociedade, opinam favoravelmente a sua aprovação. Belém, 15 de setembro de 1969. a) Almir Blanco de Abrunhosa Trindade, Expedito Lobato Fernandes e Antônio Pinho da Silva. Discutida e votada, foi a proposta da Diretoria aprovada por unanimidade de votos. A seguir a acionista Maria Celeste Pinto de Souza Porto, tendo observado que estavam presentes todos os acionistas da Sociedade possuidores de ações ordinárias com direito a voto, propunha que desistissem do prazo para exercer o direito de preferência para subscrição do aumento de capital ora aprovado, passando-se à imediata subscrição nesta reunião. Posta em discussão esta proposta e posterior votação, verificou-se sua aprovação por unanimidade de votos. Em decorrência do acima exposto, determinou o Sr. Presidente a mim, Secretário, que elaborasse o Boletim de Subscrição, que foi feito, sendo ele assinado por todos os acionistas, tendo se verificado que, deixando três deles de exercer o direito de preferência, restavam 142.000 (cento e quarenta e duas mil) ações para complementar a subscrição. Nesta oportu-

nidade, foi proposto pelo acionista Victoriano Orlando Gonzalez Garcia, que essas 142.000 (cento e quarenta e duas mil) ações fossem subscritas pela AVB Comercial Agrícola e Industrial S. A., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Haddock Lobo, 578 — 5º andar, proposta essa que foi aprovada por unanimidade pelos presentes, e a seguir executada. Concluída a assinatura do Boletim de Subscrição anexado a esta Ata, e da qual fica fazendo parte integrante, informou o Sr. Presidente que foram totalmente subscritas e integralizadas as 463.000 (quatrocentas e sessenta e três mil) ações ordinárias, correspondentes ao aumento de capital recém aprovado, ficando o capital social assim constituído: CAPITAL AUTORIZADO: NCr\$ 3.489.926,00 (três milhões quatrocentos e oitenta e nove mil novecentos e vinte e seis cruzeiros novos) — CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: NCr\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil cruzeiros novos), representado por 470.000 (quatrocentas e setenta mil) ações ordinárias, nominativas, do valor de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma. E, como nada mais houvesse a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspenso a reunião para a lavratura da presente Ata, que, reaberta a sessão, foi lida e aprovada unanimemente pelos presentes, sendo assinada pelo Presidente, por mim, Secretário e pelos demais acionistas presentes.

(aa) **Afonso Furtado de Lima**
Sigfred Larsen
Anders Henrik Vestergaard
Victoriano Orlando Gonzalez Garcia
Júlio da Silva Maués
Maria Celeste Pinto de Souza Porto
Ole Bjoern Hansen
Adam Dietrich Von Bulow (2)
Oswaldo Marques

Cartório Condurú
 Reconheço as assinaturas supra enumeradas de 1 a 10.
 Belém, 15 de outubro de 1969.
 Em test. H. P. da verdade

Sexta-feira, 17

DIARIO OFICIAL

Outubro — 1969 — 23

(a) HERMANO PINHEIRO —
Tabelião Vitalício.
Banco do Estado do
Pará, S. A.
NCR\$ 130,00
Pagou os emolumentos na
1a. via na importância de cento
e trinta cruzeiros novos.

Belém, 15 de outubro de 1969
(a) Illegível

Junta Comercial do
Estado do Pará

Esta Ata em 5 vias foi apresentada no dia 15 de outubro

de 1969, e mandada arquivar por Despacho do Diretor de mesma data, contendo 3 folhas de ns. 13.672/74, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3743/69. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro Oficial fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 15 de outubro de 1969,

Diretor: OSCAR FACIOLA,

NORTUBO S. A. — TUBOS E PERFILEADOS

C.G.C. — M.F. — 04.939.971/1 — Belém—Pará

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO de 100% (cem por cento) das 463.000 (quatrocentas e sessenta e três mil) ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de NCR\$ 1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma, de plena participação. Neste ato as referidas ações são totalmente integralizadas mediante o aproveitamento de créditos em conta corrente, pelos subscritores abaixo relacionados. Assinando este Boletim, também, os acionistas que desistirem de exercer o direito de preferência.

Subscritores	Ações Subscritas	Ações Integradas	Assinaturas
1 — Anders Henrik Vestergaard	0 (zero)	0 (zero)	a) Anders Henrik Vestergaard
2 — Sigfred Larsen	271.100	271.100	a) Sigfred Larsen
3 — Victoriano Orlando Gonzalez Garcia	0 (zero)	0 (zero)	a) Victoriano Orlando Gonzalez Garcia
4 — Ole Bjoern Hansen	0 (zero)	0 (zero)	a) Ole Bjoern Hansen
5 — Afonso Furtado de Lima	18.000	18.000	a) Afonso Furtado de Lima
6 — Júlio da Silva Maués	9.600	9.600	a) Júlio da Silva Maués
7 — Maria Celeste Pinto de Souza Porto	13.000	13.000	a) Maria Celeste Pinto de Souza Porto
8 — Adam Dietrick Von Boulow	9.900	9.900	a) Adam Dietrick Von Boulow
9 — AVB — Comercial, Agrícola e Industrial S.A. — Pessoa Jurídica — sediada em São Paulo, à Rua Haddock Lobo, n. 578 — 5º. andar	142.000	142.000	(Assinatura Illegível)
T O T A L	463.000	463.000	

Belém (PA), 16 de setembro de 1969
AFONSO FURTADO DE LIMA — Presidente da Mesa
(as) SIGFRED LARSEN — Secretário da Mesa

CARTÓRIO CONDURÚ

Recebiu as 11 assinaturas supra assinaladas.
Belém, 15 de outubro de 1969. — Em test. H. P. da verdade.
(a) HERMANO PINHEIRO — Tabelião Vitalício

BANCO DO ESTADO DO PARÁ, S.A.
NCR\$ 10,00

Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de dez
cruzeiros novos.

Belém, 15 de outubro de 1969. — (a) Illegível

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
Este Boletim de Subscrição em 4 vias foi apresentado no

(Ext. Reg. n. 3448 — Dia — 17.10.69)

COMÉRCIO DE MÁQUINAS
E MOTORES DO BRASIL
S.A.
Assembleia Geral
Extraordinária
— Convocação —

São convidados os senhores
acionistas para se reunirem
em Assembléia Geral Extraordinária no dia 20 do
mês em curso, às 16 horas,
na sede social, à Av. Portugal, 329, nesta cidade de Be-
lém do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte or-
dem do dia:

a) aumento de capital com
aproveitamento de re-
servas e reavaliação do
ativo imobilizado;

b) Reforma geral dos Es-
tatutos;

c) Revisão dos honorários
da Diretoria;

d) O que ocorrer.
Belém (Pa), 10 de outubro
de 1969.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. n. 3432 — Dias
17, 18 e 21—10—69)

EMPREENDIMENTOS
GERAIS DO PARA S.A.
Assembléia Geral
Extraordinária
— Convocação —

Convidamos os senhores
acionistas desta empresa, a
se reunirem em Assembléia
Geral Extraordinária, que
realizar-se-á, no dia 2 de se-
tembro de 1969, às 10.00 ho-
ras em nossa sede social, à
Trav. Frutuoso Guimarães,
n. 403, 1º andar, para delibe-
rarem sobre o seguinte:

a) Proposta da Diretoria
para aumento do Capital
Social da empresa, e
consequente modifica-
ção dos Estatutos So-
ciais;

b) Eleição de diretor, para
ocupar o cargo de Dire-
tor-Tesoureiro;

c) O que ocorrer.
Belém (Pa), 22 de agosto
de 1969.

Ass) Dr. Mário Nogueira
Diretor-Presidente
(Ext. Reg. n. 3404 — Dias
17, 18 e 21—10—69)

**EMPREENDIMENTOS
GERAIS DO PARA S.A.**

**Assembléia Geral
Extraordinária**

—Convocação—

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 6 de outubro de 1969, às 10:00 horas, em nossa sede social, à Trav. Fruto do Guimarães, n. 408, 1º andar, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte:

- Homologação do aumento do capital social;
- Reforma dos Estatutos Sociais;
- O que ocorrer.

Belém (Pa), 26 de setembro de 1969.

Ass.) Dr. Mário Nogueira
Diretor-Presidente

(Ext. Reg. n. 3405 — Dias 17, 18 e 21—10—969)

**COMPANHIA AGRO-INDUSTRIAL DA AMAZÔNIA
"AGRIMAZON"**

**Assembléia Geral
Extraordinária**

Estão por este Edital convocados os senhores acionistas a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária da Sede Social, a ter lugar na sede social, à Av. Marechal Hermes, s/n. (Edifício OCEIM), nesta cidade de Belém (Pa), às quinze horas do dia dezesseis do mês de outubro em curso, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

- elevação do capital social, com incorporação dos recursos de que tratam a letra "b" do artigo 7º da Lei n. ... 5.174/60 e a letra "b" da Lei n. 752/69;
- do artigo 1º do Decreto;
- alteração dos estatutos sociais;
- o que ocorrer.

Belém (Pa), 6 de outubro de 1969

ADRIANO COUTO — Diretor
Supervidente

(Ext. Reg. n. 3389 — Dias 16, 17 e 18—10—969)

**TUBOS PLÁSTICOS DA
AMAZÔNIA S.A. — TUPLAMA**

Ata da reunião da Diretoria, realizada no dia 22 de setembro de 1969.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 1969 (mil novecentos e sessenta e ove), às 14 (catorze) horas, em sua sede social à Rua Santo Antônio, n. 95 (noventa e cinco), nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, reuniu-se a Diretoria de Tubos Plásticos da Amazônia S.A. — TUPLAMA, presentes os diretores no fim assinados, constituindo a maioria dos membros da Diretoria.

Assimindo a direção dos trabalhos o Diretor-Presidente comunicou que de acordo com o Ofício D/DH n. 2303/69, do dia 22 de setembro de 1969, recebido do Departamento de Incentivos Fiscais, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, já se encontravam habilitados na forma da Lei n. 5.174, de 27 de Outubro de 1963, pessoas jurídicas para subscrever mais 146.414 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentas e catorze), ações preferenciais, classe "B", de Tubos Plásticos da Amazônia S.A. — TUPLAMA, no valor total de NCr\$ 146.414,00 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e catorze cruzeiros novos) conforme relação anexa ao precipitado Ofício e nos termos do projeto aprovado pela referida autarquia federal. Continuando, esclareceu que, para possibilitar a referida subscrição se fazia necessário a emissão das ações preferenciais correspondentes mediante autorização da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, que já se manifestara, nos seguintes termos: referente ao Conselho Fiscal, Analisando a proposta da Diretoria, referente a emissão de mais 146.414 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentas e catorze), Ações Preferenciais, Classe "B", para subscrição por titulares de depósitos decorrentes de deduções do Imposto de Renda, na forma da Lei n. 5174, de 27 de

outubro de 1966, conforme projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, e nos termos do Ofício n. 2303/69-DI-D, da mesma Entidade, manifestamos nossa integral aprovação a emissão pretendida, na forma do disposto nos Estatutos da Sociedade 22 de Setembro de 1969 aa)

Ladislau de Almeida Moreira, Conselheiro; Ricardo Aurélio de Bastos Vasques, Conselheiro; Amílcar Hugo Carlos Amílcar Pinheiro, Conselheiro. Colocado o assunto em discussão, foi por unanimidade aprovada a emissão de mais 146.414 (cento e quarenta e seis mil quatrocentas e catorze), Ações Preferenciais, Classe "B", da empresa, para subscrição na forma do projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, por titulares de depósitos decorrentes de deduções do Imposto de Renda, observada a legislação em vigor. Em seguida o Diretor-Presidente esclareceu que, com a subscrição das novas ações, cuja emissão acabara de ser autorizada a situação do capital da empresa, ficaria assim: Capital Autorizado: NCr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil, cruzeiros novos), divididos em 600.000 (seiscentas mil) ações Ordinárias Nominativas ou Nominativas Endossáveis; 1.800.000 (hum milhão e oitocentas mil) Ações Preferenciais, Classe "B" do valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo), cada uma; 200.000 (duzentas mil) Ações Preferenciais, Classe "C", do valor nominal de NCr\$ 1,00 (hum cruzeiro novo), cada uma.

Capital Subscrito: NCr\$ 150.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil, cruzeiros novos), totalizando 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias. Nominativas ou Nominativas Endossáveis: NCr\$ 1.419.580,00 (hum milhão, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e oitenta cruzeiros novos); Ações Preferenciais, Classe "B", no total de 1.419.580 (hum milhão, quatrocentas e dezenove mil, quinhentas e oitenta)

e NCr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), total de 30.000 (trinta mil) Ações Preferenciais, Classe "C". E, como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata.

Belém, 22 de setembro de 1969.

OSWALDO NASSER TUMA
Diretor-Presidente
**EDGARD MÁRIO DE
MEDEIROS SOBRINHO**
Dir. Administrativo-Comercial
**CARLOS MOACYR DE
AZEVEDO GUAPINDAIA**
Diretor-Industrial

CARTÓRIO KÓS MIRANDA
Reconheço as 3 assinaturas
retro por mim assinaladas
Em sinal C.N.A.R de verdade.

Belém, 24 de setembro de 1969.

CARLOS N. A. RIBEIRO
Tab. Substituto

**BANCO DO ESTADO DO
PARÁ S. A.**

NCr\$ 130,00 — Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de cento e trinta cruzeiros novos

Belém, 24 de setembro de 1969.

a) ILEGIVEL**JUNTA COMERCIAL DO
ESTADO DO PARÁ**

Esta Ata em 8 (oito) vias foi apresentada no dia 24 de setembro de 1969 e mandada arquivar por despacho do Diretor de 25 do mesmo contendo uma (1) folha, n. 13.053 que vai por mim rubricada com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 3524/69. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha Primeiro Oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 25 de setembro de 1969.

OSCAR FACIOLA — Diretor
da Junta Comercial

TUBOS PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA S.A. — (TUPLAMA)**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os Membros do Conselho Fiscal, da sociedade TUBOS PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA S.A. — (TUPLAMA), Reunidos em sua sede social na cidade de Belém, capital do Estado do Pará Rua Santo Antonio número 95 (noventa e cinco), às 17 (dezessete) horas do dia 22 (vinte e dois) de Setembro de 1969, Analisando a proposta da Diretoria, referente à emissão de 146.414 (cento e quarenta e seis mil, quatrocentas e catorze) Ações Preferenciais, Classe "B", subscritas por titulares de depósitos decorrentes de deduções do Impôsto de Renda, na forma da Lei número 5174, de 27 de Outubro de 1966. CONCORDAM, plenamente com a emissão pretendida.

Belém, 22 de Setembro de 1969.

(aa) LADISLAU DE ALMEIDA MÔREIRA

Conselheiro

RICARDO AURÉLIO DE BASTOS VASQUES

Conselheiro

CARLOS AMILCAR PINHEIRO

Conselheiro

Cartório Kés Miranda

Reconheço as assinaturas supra acima mencionadas.

Belém, 25 de Setembro de 1969.

Em sinal C. N. A. R. da verdade.

(a) CARLOS N. A. RIBEIRO — Tab. Substituto

Banco do Estado do Pará, S.A.

NCr\$ 10.00

Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de dez cruzeiros novos.

Belém, 25 de Setembro de 1969.

(a) Illegível.

Junta Comercial do Estado do Pará

Este Parecer do Conselho Fiscal em (8) oito vias foi feito uso. Tomou na ordem de arquivamento o número ... 3525/69. E, para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 15 de Setembro de 1969.

O Diretor — OSCAR FACIOLA.

TUBOS PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA S.A. — (TUPLAMA)

Boletim de Subscrições, de Ações Preferenciais, Classe "B" cuja emissão foi autorizada na Reunião da Diretoria, realizada no dia 22 de Setembro de 1969. As Ações Preferenciais, ora subscritas por titulares de recursos provenientes de deduções do Impôsto de Renda, na forma da Lei número 5174, de 27 de Outubro de 1969, são obrigatoriamente nominativas e intransferíveis pelo prazo de 5 (cinco) anos à contar da data da subscrição, tendo o valor nominal de NCr\$ 1.000 (um cruzeiro novo) cada uma. Os Subscritores estão de pleno acordo com os Estatutos Sociais, da Sociedade.

Número do Boletim	Subscritores	Quantidade de Ações	Valor	Forma de Inte- gração 100% Recursos da Lei 5174/66
176	Casa Lang Ferragens S.A., com sede em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua doutor Bozano n.º 1228, representada neste ato pelo seu Procurador, Oswaldo Nasser Tuma, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	3.319	3.319,00	3.319,00
177	Celeste Modas Ltda., com sede em Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Avenida Nossa Senhora de Copacabana, número 876 — B, Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, representada neste ato pelo seu Procurador, Jesus do Bonfim Mário de Medeiros, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	10.296	10.296,00	10.296,00
178	Comércio de Máquinas e Motores do Brasil S.A. (COBRAS), com sede à Avenida Portugal, 329, Belém, Estado do Pará representada neste ato pelo seu Procurador, Escritório Técnico de Investimentos ETIN, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	4.552	4.552,00	4.552,00
179	Elias R. Bentes, com sede em Manaus, Estado do Amazonas à Avenida 7 de Setembro 740, representada neste ato pelo seu Procurador, Oswaldo Nasser Tuma, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	636	606,00	606,00
180	ELMEPI — Eletro Mecânica Piratinha Ltda., com sede em Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Avenida Suburbana número 3970, representada neste ato pelo seu Procurador, Oswaldo Nasser Tuma, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	6.064	6.064,00	6.064,00

181 Fazenda Itabu S.A. Indústrias Químicas, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo à Avenida Ipiranga número 103 representada neste ato pelo seu Procurador Nelson Pedro Nasser, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	36.486	36.486,00	36.486,00
182 Frigorífico Paraná, Aves Ltda., com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Profra. Maria Assumpção n. 3868, representada neste ato pelo seu Procurador, Osvaldo Nasser Tuma, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	285	285,00	285,00
183 Fazenda Lopes & Cia. Ltda. com sede em Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Rua Gonçalves das Neves n. 15/29, representada neste ato, pelo seu Procurador, Jesus do Rosário Marie de Medeiros, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	10.700	10.700,00	10.700,00
184 Granja Primavera Ltda., com sede em Araçatuba — Est. Campina Grande do Sul — Curitiba Estado do Paraná, representada neste ato pelo seu Procurador, Osvaldo Nasser Tuma, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	392	392,00	392,00
185 HIDROBRAS — Materiais Para Construções Ltda., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Cardenal Arcoverde número 2822 representada neste ato pelo seu Procurador, Nelson Pedro Nasser, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	1.370	1.370,00	1.370,00
186 Irmãos Garcia & Cia., com sede em Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Uruguai número 240, representada neste ato pelo seu Procurador, Osvaldo Nasser Tuma, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	2.996	2.996,00	2.996,00
187 João Escosteguy S.A. — Tecidos e Confecções, com sede em Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Avenida Otávio Rocha, número 116, representada neste ato pelo seu Procurador, Osvaldo Nasser Tuma conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	1.346	1.346,00	1.346,00
188 João Klas Neto & Cia. Ltda. com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Praça Rui Barbosa número 817, representada neste ato pelo seu Procurador, Osvaldo Nasser Tuma, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	238	238,00	238,00
189 LAMIBRA — Laminação de Madeiras Brasileiras Ltda., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo à Rua Dulce número 17 — A, representada neste ato pelo seu Procurador, Nelson Pedro Nasser, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	2.710	2.710,00	2.710,00
190 Linhares Diesel Ltda. com sede em Linhares, Estado do Espírito Santo à Avenida Marechal Rondon número 940, representada neste ato pelo seu Procurador, Osvaldo Nasser Tuma, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	30.656	30.656,00	30.656,00
191 Linhares Fábrica e Comércio e Indústria, com sede em Rio de Janeiro, Estado da Guanabara à Rua Presidente Mauá número 293 representada neste ato pelo seu Procurador, Nelson Pedro Nasser, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	27.952	27.952,00	27.952,00
192 Ouro Preto Cultura & Cia., com sede em Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Travessa Benjamin Constant número 64, representada neste ato pelo seu Procurador, Escritório Fazenda do Investimento — FFI, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	3.222	3.222,00	3.222,00
193 P. J. Lacerda Ltda. com sede em Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua doutor Barros Cassal número 736, representada neste ato pelo seu Procurador, Nelson Pedro Nasser, conforme instrumento de mandato arquivado na Sociedade	2.404	2.404,00	2.404,00
T O T A L	146.414	146.414,00	146.414,00

Belém, 22 de Setembro de 1969.

(aa) OSWALDO NASSER TUMA — Diretor-Presidente
EDGARD MARIO DE MEDEIROS SOBRINHO
Diretor Administrativo-Comercial

CARLOS MOACIR DE AZEVEDO GUAPINDAIÁ
Diretor-Comercial

Cartório Kós Miranda

Reconheço as assinaturas supra mencionadas.
Em sinal C. N. A. R. da verdade.
Belém, 25 de Setembro de 1969.
(a) CARLOS N. A. RIBEIRO — Tab. Substituto

P/P—Casa Lang Ferragens S.A.
OSWALDO NASSER TUMA
P/P—Comércio de Máquinas e Motores do Brasil S.A.
(COBRAS)
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE INVESTIMENTO —
ETIN
P/P—Elmepi-Eletro Mecânica Piratininga Ltda.
OSWALDO NASSER TUMA
P/P—Frigorífico Paraná Aves Ltda.
OSWALDO NASSER TUMA
P/P—Granja Primavera Ltda.
OSWALDO NASSER TUMA
P/P—Irmãos Garcia & Cia.
OSWALDO NASSER TUMA
P/P—João Klas Neto & Cia. Ltda.
OSWALDO NASSER TUMA
P/P—Linhares Diessel Ltda.
OSWALDO NASSER TUMA
P/P—Orlandino Ventura & Cia.
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE INVESTIMENTO
— ETIN

P/P—Celeste Modas Ltda.
JESUS DO BONFIM MÁRIO DE MEDEIROS
P/P—Elias R. Bentes
OSWALDO NASSER TUMA
P/P—Fábrica INBRA S.A. Indústrias Químicas
NELSON PEDRO NASSER
P/P—Ferreira Lopes & Cia. Ltda.
JESUS DO BONFIM MÁRIO DE MEDEIROS
P/P—Hidrobrás-Materiais para Construções Ltda.
NELSON PEDRO NASSER
P/P—João Escosteguy S.A. Tecidos e Confecções
OSWALDO NASSER TUMA
P/P—Lamibra-Laminação de Madeiras Brasileiras Ltda.
NELSON PEDRO NASSER
P/P—Niacara S.A. Comércio e Indústria
NELSON PEDRO NASSER
P/P—Pacheco Souza & Cia. Ltda.
NELSON PEDRO NASSER

CARTÓRIO KÓS MIRANDA

Reconheço as 18 assinaturas retro assinaladas — Em sinal C.N.A.R. de verdade. — Belém, 25 de setembro de 1969 — CARLOS N. A. RIBEIRO — Tab. Substituto.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.

NCr\$ 10,00 — Pagou os emolumentos na 1a. via na importância de dez cruzados novos — Belém
25 de setembro de 1969. — a) ILEGÍVEL.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Este Boletim de Subscrição em 8 (oito) vias foi apresentado no dia 21 de setembro de 1969 e encadado arquivar por despacho do Diretor de 25 do mesmo contendo 3 folhas de n. 13055,59 que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de pagamento o n. 33017. — Belém, 25 de setembro de 1969. — OSCAR FACIOLA — Diretor.

(Ext. Reg. n. 3402 — Dia 17-10-969)

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DO PARÁ	Eleitoral destinados a eleição regional de Contabilidade do Pa — Contador reg. C.R.C. Pa. n. 0148
Editor de publicação de resultado de eleições indiretas que se procederam no Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará, por intermédio dos três delegados eletores, em data de 15/10/1969, em observância a determinação contida no Decreto-Lei n. 877, de 16/09/1969, publicado no Diário Oficial da União do dia imediato, sem anormalidades nem impugnações.	Efetivos e Suplentes do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, conforme determina o Decreto-Lei n. 877, de 16/09/1969, publicado no Diário Oficial da União do dia imediato, sem anormalidades nem impugnações.
Torno público a quem interessar possa, que foram realizadas no dia 15 de outubro de 1969, eleições indiretas por intermédio de Delegados Eletores que compuseram o Colégio Eleitoral foram os seguintes: — Geraldo Ferreira Lima — Contador reg. no C.R.C. Pa. sob n. 0130 e Carmen Santos, Técnica em Contabilidade reg. n. 0304, ambos pertencentes a este Sindicato e João de Faria Barros Júnior, n. 0679 Contador registrado no C.R.C. Pa. sob número 0716, como representante do Conselho Regional de Contabilidade.	Estiveram funcionando como Conselheiros Efetivos: Jorge Suleiman Kahwage — Contador reg. C.R.C. Pa. sob n. 0007 Reynaldo de Souza Mello — Téc. Contabilidade — idem. Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará, 18 de outubro de 1969.
Trabalho.	Elias Zemero — Idem, n. 0552 a) Jorge Suleiman Kahwage Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará.
Termo de Declaratório de que foram realizadas no dia 15 de outubro de 1969, eleições indiretas por intermédio de Delegados Eletores que compuseram o Colégio Eleitoral.	Belém, 18 de outubro de 1969.
Termo de Declaratório de que foram realizadas no dia 15 de outubro de 1969, eleições indiretas por intermédio de Delegados Eletores que compuseram o Colégio Eleitoral.	Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Estado do Pará.
Termo de Declaratório de que foram realizadas no dia 15 de outubro de 1969, eleições indiretas por intermédio de Delegados Eletores que compuseram o Colégio Eleitoral.	Ext. — Reg. n. 3467 — Dia 17.10.69)

EMPRÉSA DE TRANSPORTES REGIONAIS S.A. "ETRESA"
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo as determinações legais e estatutárias vigentes, submetemos à apreciação de Vv. Ss., o Balanço e demonstração da conta de Lucros e Perdas da Emprésa, referente ao exercício de 01.6.68 a 31.5.69., acompanhado do competente parecer do Conselho Fiscal.

Aludidos documentos espelham uma situação econômica boa e como poderão Vv. S. avaliar os nossos esforços no sentido de conseguirmos os resultados satisfatórios que os mesmos apresentam. Propomos que o saldo líquido de NCr\$... 23.867,43 (vinte e três mil oitocentos e sessenta e sete cruzeiros e quarenta e treis centavos), seja levado à conta Fundo para aumento de capital, a fim de podermos fazer face às necessidades sempre crescentes. Quaisquer outros encaminhamentos que julgarem necessário serão prestados com prazer por esta diretoria.

Belém, 31 de maio de 1969

- a) Francisco Joaquim Fonseca — Diretor Superintendente
- a) José Mendes da Fonseca — Diretor de Navegação
- a) João Mendes da Fonseca — Diretor Comercial

BALANÇO GERAL PROCEDIDO EM 31 DE MAIO DE 1969
— A T I V O —

DISPONÍVEL

Caixa	1.200,00	
Bancos	1.955,30	3.155,30

REALIZÁVEL

Contas a Receber	81.641,18	
Contas Correntes	259.559,69	341.200,87

IMOBILIZADO

Imobilizações Fixas		
N/M Otávio Oliva	123.792,33	
Rádio Telefonia	14.094,28	
N/M Envira	62.994,06	
Alvarenga Fonseca	27.070,00	
Utensílios de Bordo	10.064,38	
Estaleiro	10.623,61	
Móveis e Utensílios	8.749,72	
Imóveis	124.585,00	
Bens c/ reavaliação	133.992,87	515.966,25

Outras Imobilizações

Banco da Amazônia Lei 5.174	8.643,69		
Shopping Center Sta. Maria Belém	446,00		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico S/A	708,00		
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	4.538,29		
Cia. de Telefone do Acre	1.000,00		
Ações de Cias. e Socied. Anônimas	5.000,00	20.335,98	536.302,23

COMPENSAÇÃO

Ações Caucionadas		
	100,00	880.752,40

— P A S S I V O —

INEXIGÍVEL

Capital	200.000,00	
Fundo de Indenização Trabalhista	630,80	
Fundo para Eventuais Prejuízos	3.182,30	
Fundo de Depreciação	21.875,52	
Fundo de Reserva Legal	4.271,97	
Fundo de Renovação de Máquinas	8.544,06	
Fundo de Correção Monetária	85.990,12	
Lucros Suspensos	40.538,18	365.032,95

EXIGÍVEL

Promissórias a Pagar	515.500,00	
Instituto Nac. Prev. Social	125,45	515.625,45

COMPENSAÇÃO

Caução da Diretoria		
	100,00	880.752,40

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS

Em 31.5.1969

31.5.1969

LUCROS E PERDAS

a Diversos			
a Impôsto de Renda			
Saldo devedor transferido	2.784,00		
a Juros e Descontos			
Idem idem	96.968,39		
a Despesas de Navegação			
Idem idem	180.103,74		
a Despesas Administrativas			
Idem idem	28.390,11	308.248,24	
a Fundo de Reserva Legal			
5% s/ 31.823,18	1.591,15		
a Fundo de Renovação de Máquinas			
10% s/ 31.823,18	3.182,30		
a Fundo Para Eventuais Prejuízos			
Idem idem	3.182,30		
a Lucros Suspensos	23.867,43	31.823,18	349.069,42
Diversos			
a LUCROS E PERDAS			
Como segue			
Receita de Navios			
Transferido para filho	295.776,66		
Receitas Diversas			
Idem idem	42.070,00		
Fundo p/Eventuais Prejuízos			
Idem idem	2.222,76	349.069,42	

Belém, 31 de maio de 1969

a) Francisco Joaquim Fonseca — Diretor Superintendente
a) Myrian Huet de Bacellar — Reg. CRC Pa. 0406

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Examinando as contas e documentos apresentados pela diretoria da Empreys ade Transportes Regionais S/A, "ETRESA" referente ao exercício encerrado em 31/5/69, encontramos tudo em perfeita ordem e exatidão.

Em virtude dos resultados obtidos congratulamo-nos com os senhores Acionistas e somos de parecer que sejam aprovados todos os atos e contas da Diretoria.

Belém, 31 de maio de 1969.

aa) Waldemar Tapajós Fernandes — Décio Fernandes —
Kleber Henrique Alvares

(Ext. — Reg. n. 3460 — Dia 17.10.69)

REGIMENTO DE CUSTAS E TAXAS
JUDICIAIS DO ESTADOÀ venda no Arquivo da Imprensa
Oficial — Preço — NCr\$ 1,00Lei N. 5.349, que altera artigos
"Da Prisão Preventiva".DIÁRIO) à venda no arquivo da
Imprensa Oficial.

Nome do Estabelecimento: — BANCO GERAL DO BRASIL S.A.
 Matriz em: — Rua XV de Novembro, 188 — Belém
 Estado: — Pará

Carta Patente n.º 2571 de 14.05.1952
 Cadastro Geral de Contribuintes n.º 04.921.391

BANCO CENTRAL DO BRASIL
 (MÓDULO DE PUBLICAÇÃO)

BALANÇETE GERAL EM 05 de Setembro de 1969

— ATIVO —		— PASSIVO —	
DISPONÍVEL	3.727.438,69	NAO EXIGIVEL	
REALIZÁVEL		CAPITAL:	
EMPRÉSTIMOS		De Domiciliados no País	3.951.940,00
A Produção	9.408.515,46	De Domiciliados no Exterior	48.060,00
Ao Comércio	15.438.239,07	Aumento de Capital	2.000.000,00
A Atividades não Especificadas	7.451.299,67	Correção Monetária do Ativo	2.706,59
A Entidades Públicas	——	Reservas e Fundos	764.481,10
A Instituições Financeiras	166.500,00	EXIGIVEL	6.767.187,69
Em Letras Hipotecárias	——	DEPÓSITOS	
	32.464.554,20	A vista e a curto prazo	
	——	Do Públíco	24.834.712,61
OUTROS CRÉDITOS		De Domiciliados no Exterior	20.663,82
Banco Central — Recolhimentos	460.349,68	De Entidades Públicas	1.156.154,99
Cheques, Documentos e Ordens em Compensação ou a Receber	2.266.720,26	—	26.010.531,32
Adiantamentos sobre Cambiais e Contratos de Câmbio	1.262.729,51	1) médio prazo	
Acionistas — Capital a Realizar	——	DO PÚBLICO:	
Correspondentes no País	2.489.965,99	— A prazo fixo	18.131,58
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior — em Moedas Estrangeiras	24.541.197,32	— Com correção monetária	4.848.784,48
Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior — em Moeda Nacional	——	De Entidades Públicas	4.866.916,06
Departamentos no País	22.031.960,80	——	——
Outras Contas	11.156.104,91	OUTRAS EXIGIBILIDADES	
	——	Cheques e Documentos a Liquidar	92.434,20
	64.209.028,49	Cobrança Efetuada em Transito	——
	——	Ordens de Pagamento	26.722.445,83
	——	Correspondentes no País	972.064,55
	——	Matriz, Departamentos e Correspondentes no Exterior — em Moedas	——

VALORES DE BENS

Propriedades do Banco Central	4.917.037,78
Correntes Bancárias	4.917.037,78
Bens de Utilização	4.917.037,78
Propriedades e Imóveis	1.331.679,05
Propriedades e Imóveis de Administração	2.735.741,66
Propriedades da Sociedade	—
PROJETOS PENDENTE	4.287.420,71
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	13.410.104,95
DIRETORES	55.001.242,47
(a) Presidente	NCr\$ 178.016.327,29

ESTRANGEIRAS

Maior Departamentos e Correspondentes no Exterior — em Moeda Nacional	19.290.227,10
Departamentos no País	16.535.175,03
Outras Contas	1.951.398,60
DEBTACOES (Especiais)	65.564.145,31
Depositos por conta do Tesouro Nacional	90.701,00
Depositos e Empréstimos no Banco Central	3.872.330,20
Depositos Obrigatórios — FGTS	386.365,66
Obrigações por Refinanciamento e Repasses Oficiais	2.043.250,00
Outras Contas	9.846.065,44
RESULTADO PENDENTE	16.243.733,30
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	112.685.325,99
NCr\$ 178.016.827,29	3.563.071,14
NCr\$ 178.016.827,29	35.001.342,47

VISTO DO CONSELHO FISCAL

- (a)
- (a)
- (a)

Belo Horizonte, 05 de Setembro de 1969

(a) Rachid M. J. Thami

Comissão — Registro CRC — PA — 21 — IS

Ex-l. EBC n.º 103 — Data: 17/10/69

Leia o DIÁRIO OFICIAL**— Um Repositório de Utilidades****Ao Seu Dispor.****Papel Ofício e de Memorando —****Fornecemos às Repartições Estaduais Com Preço Especial. • 11**

EDITAIS ADMINISTRATIVOS**MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL****CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARÁ**

Edital de publicação de resultado de eleições diretas procedidas no Conselho Regional de Contabilidade do Pará em data de 15.10.1969, na mais perfeita observância ao estatuído pelo Decreto-Lei n. 877, de 16.09.1969 e instruções recebidas do Exmo. Sr. Delegado Regional do Trabalho.

Levo ao conhecimento de quem interessar possa, que foram realizadas no dia 15.10.1969, eleições diretas para a renovação de 23 (deis terços) de Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, conforme determina o Decreto-Lei n. 877/69, de 16.09.1969 publicado no "Diário Oficial da União" de 17 daquele mês.

As mesmas se processaram sem anormalidades e nem impugnações, reafirmando-se o alto espírito de compreensão de mais este dever cumprido pelo Contabilista Brasileiro.

Compareceram e votaram 130 (cento e trinta) Contabilistas eleitores que sufragaram e elegeram por unanimidade os seguintes Conselheiros:

CONSELHEIROS EFETIVOS

JOSÉ JUVÉNCIO ALVES UCHOA — Contador reg. no C.R.C.Pa., n. 0542.

GUILHERME DE CASTRO E SILVA — Idem n. 0451.

JOÃO DE FARIA BARROS JUNIOR — Idem n. 0716.

BENEDITO GILBERTO DE AZEVEDO PANTOJA — Idem n. 0897.

JACINTO NEPOMUCENO BENOLIEL — Tec. Contabilidade C.R.C.Pa., n. 0611.

FERNANDO RABELLO MENDES — Idem n. 6752.

CONSELHEIROS SUPLENTES:

LÚCIA PINTO RIBEIRO — Contadora reg. no C.R.C.Pa., n. 0383.

JOSÉ MARIA BONFIM DE ALMEIDA — Contador reg. no C.R.C.Pa., n. 0133.

JAGUANHARA GOMES DE OLIVEIRA — Idem n. 0341.

RAYMUNDO AUGUSTO PERES — Idem n. 0103.

JOSÉ ITABERICY DE SOUZA E SILVA — Tec. Contabilidade C.R.C.Pa., n. 0101.

WILTON AGOSTINHO LINHARES BASTOS — Idem n. 1129.

Abre-se o prazo legal de 3 (três) dias para qualquer impugnação legal devidamente fundamentada, findo o qual será considerado aprovado este processo eleitoral com base no Decreto-Lei n. 877, de 16.09.1969 e instruções do Exmo. Sr. Delegado Regional do Trabalho.

Belém, 16 de outubro de 1969.

BENEDITO GILBERTO DE AZEVEDO PANTOJA
Presidente do C.R.C.Pa.

(Ext. Reg. n. 3466 — Dia — 17.10.69;

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA Norte S.A. (Alcan), nos termos do Artigo 22 do Decreto n. 5.780 de 27.11.1967,

COMPRA DE TERRAS

De ordem do sr. Diretor do Departamento de Terras do Estado, está sendo requerida por COMPRA, um Cadastro Rural, fôco público sorte de terras devolutas desque por Mineração Rio do Finado a instalação

tria de beneficiamento da bauxita, sita à 27a. Comarca de Obidos; 74º Térmo; 74º Municipio de Oriximiná, com os seguintes limites:

A margem direita do Rio Trombetas, cerca de 3.000 metros a partir da extremidade Oeste do Lago Batata até a extremidade Leste do Lago Agua Fria; a largura da área pretendida é de 1.500 metros a partir da margem do Rio Trombetas para o interior perfazendo uma área de 450 ha.

Departamento de Terras e Cadastro Rural, em 14 de outubro de 1969.

Paulo Guilherme Moura
Dir. da Divisão de Terras
VISTO:

Agri. Antônio de S. Carneiro
Diretor do Dept. de Terras e Cadastro Rural
(G. Reg. n. 3440 — Dia 17—10—969)

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

DEPARTAMENTO DE TERRAS E CADASTRO RURAL
Despacho preferido pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no processo n. 4237/68 da Diretora do Hospital N. S. do Rosário, em Conceição do Araguaia:

1. Autorizo a legalização da área.

2. Fica a SAGRI autorizada a dispensar as taxas devidas.

Em 8 de outubro de 1969.

a) Ten. Cel Alacid da Silva Nunes
Governador do Estado
(G. Reg. n. 11.096).

Sentença preferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Agricultura, nos autos de compra de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Paragominas, em que é discriminante:

Manoel Ribeiro dos Santos
Considerando que o presente processo n. 1587/68 de 24.04.68, está revestido das formalidades legais;

Considerando que no curso do mesmo não houve protestos nem reclamações;

Considerando que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Departamento de

Terras e Cadastro Rural desta Secretaria de Estado são favoráveis à sua aprovação;

Considerando tudo o mais que os autos consta;

APROVO o presente processo de Compra de Terras para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte ao Departamento de Terras para os ulteriores legais.

SAGRI, 10 de outubro de 1969.

Eng. Agr. Sebastião Andrade
Secretário de Estado de Agricultura
(G. Reg. n. 11.095)

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Comissão de Inquérito EDITAL

Citação com prazo de 8 dias

De ordem do Senhor Presidente desta Comissão do Inquérito, designada pela Portaria n. 170, de 21 de agosto de 1969, do Exmo Senhor General Secretário de Estado da Fazenda, notifico pelo presente "Edital" o funcionário Carlos Coêlho, ocupante efetivo do cargo de Ajudante de Tesoureiro, Nível 12, lotado e com exercício no Departamento de Receita da Secretaria do Estado da Fazenda, para o prazo de oito dias, a partir da data da primeira publicação deste "Edital" no "Diário Oficial", comparecer ao prédio onde funciona o Departamento de Receita do Estado, na sala de reuniões desta Comissão de Inquérito, a fim de apresentar defesa escrita, sob pena de revelia.

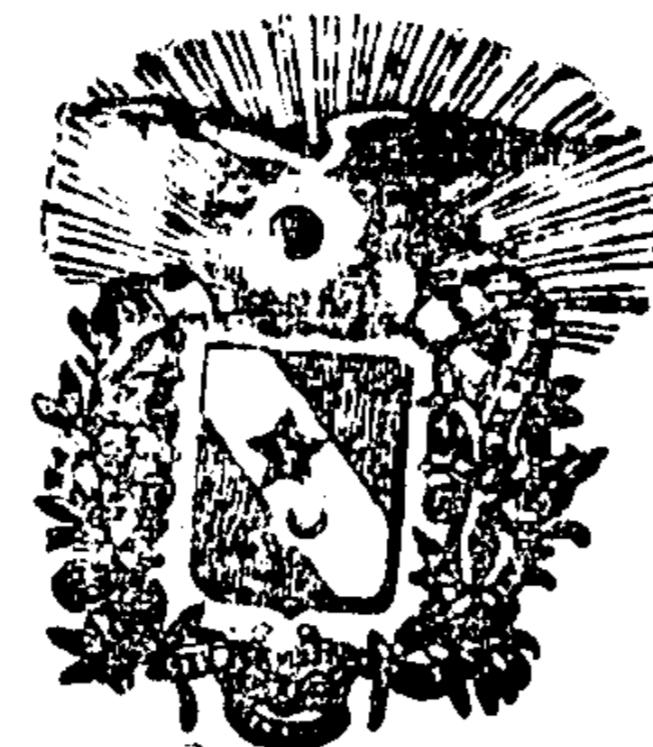
E para que não alegue ignorância, o presente "Edital" será publicado no "Diário Oficial" durante oito vezes, e uma vez nos jornais: "Folha do Norte", "A Província do Pará" e "O Liberal".

Sala das reuniões da Comissão de Inquérito Administrativo, em 8 de outubro de 1969.

(a) **RUTH DOS REMEDIOS BRANCO** — Secretária VISTO:

(a) **JOSÉ MARIA DE ABREU MATTOS** — Presidente.

(G. — Reg. n. 10937 — Dias 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 21/10/69).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Diário da Justiça

ESTADO DO PARÁ

ANO. XXX

BELÉM — SEXTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1969

NUM. 7.011

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE
PRIMEIRA INSTÂNCIA
Na. Região — Estado do Pará
EDITAL
Proc. n. 1290

O Doutor José Anselmo de Figueiredo Santiago, Juiz Federal da Seção Judiciária do Pará, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que pelo mesmo CITA Alan Douglas Bennett, residente e domiciliado à Praça da República (Grande Hotel, Apt. ... 216), com o prazo de quarenta e cinco (45) dias, para responder aos termos do Executivo Fiscal que se processa neste Juízo, movida pela União Federal, nos termos e de acordo com a petição e despachos a seguir transcritos: "Belém, Pará, 18/9/68. Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal. A União Federal, representada por seu Procurador Regional, infra assinado, vem respeitosamente, expôr e requerer a V. Exa. o seguinte: a suplicante é credora de Alan Douglas Bennett, residente e domiciliado à Praça da República (Grande Hotel Apt. ... 216), da quantia de Cento e cinquenta e nove cruzeiros novos e trinta e oito centavos (NCR\$ 159,38), conforme Certidão de Dívida anexa, de número IR—280/69, extraída pela Procuradoria da Fazenda Nacional neste Estado. Na forma estabelecida

JUSTIÇA FEDERAL

cida pelo Decreto-Lei n.º 960, de 17.11.38, requer a postulante se digne V. Exa. ordenar a expedição de mandado de citação contra o suplicado para que pague, incontinenti, a quantia descrita, acrescida de custas judiciais e penalidades constantes das Leis 4154, de 1962, art. 15; 2862, de 1956, art. 27; 4439, de 1964 art. 21 e parágrafos; 4155, de 62, art. 6.º, tudo com a correção monetária estabelecida pela Lei 4357, de 1964, e, não o fazendo, se proceda, pelo mesmo mandado, a penhora de tantos bens quantos bastem para a cobertura de seu débito principal, custas e acessórios, prosseguindo-se nos devidos termos de Direito, até final. Não se encontrando ou se ocultando o devedor, requer a suplicante se proceda ao sequestro de seus bens para ulterior conversão em penhora, nos termos da Lei. Recaindo a penhora sobre bens móveis requer a suplicante seu depósito em mãos de um dos depositários desta Comarca Térmos em que pede deferimento. Belém, 18 de setembro de 1968. (a) Paulo Rúbio de Souza Meira-Procurador Regional da República". DESPACHO:

— "A Cita-se Belém, Pará, em 24.9.68. a) A. Santiago — Juiz Federal". Requerimento do Ministério Públco: — "MM. Julgador: — Em vista da Certidão de fls 5—v. requer a Procuradoria da República seja citado o réu por meio de Editais Belém, ... 18.7.69. a) Paulo Meira-Procurador da Fazenda Nacional da Repúbl-

ica". DESPACHO: — "Defiro o requerimento de fls. Publiquem-se Editais com prazo de (45) quarenta e cinco dias. Belém, Pará, 18.7.69. (a) A. Santiago — Juiz Federal". Para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, expedi o presente e outros iguais que serão publicados e afixados na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade de Belém Pará, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove. Eu, Walmir Bandeira, Auxiliar Judiciário, o fiz datilografar. E eu, Loris Rocha Pereira, Chefe da Secretaria, o subscrevi.

Dr. José Anselmo de Figueiredo
Santiago
Juiz Federal
(G. Reg. n. 10.277)

EDITAL

Proc. n. 1653

O Doutor José Anselmo de Figueiredo Santiago, Juiz Federal da Seção Judiciária do Pará, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que pelo mesmo CITA Haroldo Oscar Lima de Oliveira, residente e domiciliado à Avenida Braz de Aguiar, 264, nesta Capital, da quantia de Duzentos e oitenta e nove cruzeiros novos e dezoito centavos (NCR\$ 289,18), conforme Certidão de Dívida anexa de n.º TD—13/68 extraída pela Procuradoria da Fazenda Nacional neste Estado. Na forma estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 960, de 17.11.38, requer a postulante se digne V. Exa. ordenar a expedição de mandado de citação contra o suplicado para que pague, incontinenti, a quantia descrita, acrescida de custas judiciais e penalidades con-

stantes das leis 4154 de 1962, art. 15; 2862, art. 21; 4439, de 1964, art. 21 e parágrafos; 4155, de 62, art. 6.º, tudo com a correção monetária estabelecida pela Lei 4357, de 1964, e não o fazendo, se proceda, pelo mesmo mandado, a penhora de todos bens quantos bastem para a cobertura de seu débito principal, custas e acessórios, prosseguindo-se nos devidos termos de Direito, até final. Não quarenta e cinco (45) dias, se encontrando ou se ocultando o devedor, requer a suplicante se proceda ao sequestro de seus bens para ulterior conversão em penhora, nos termos da Lei. Recaindo a penhora sobre bens móveis requer a suplicante seu depósito em mãos de um dos depositários desta Comarca Térmos em que pede deferimento. Belém, 18 de setembro de 1968. (a) Paulo Rúbio de Souza Meira-Procurador Regional da República". DESPACHO:

— "A Cita-se Belém, Pará, em 24.9.68. a) A. Santiago — Juiz Federal". Requerimento do Ministério Públco: — "MM. Julgador: — Em vista da Certidão de fls 5—v. requer a Procuradoria da República seja citado o réu por meio de Editais Belém, ... 18.7.69. a) Paulo Meira-Procurador da Fazenda Nacional da Repúbl-

de seus bens para ulterior conversão em penhora, nos termos da Lei. Recaindo a penhora sobre bens móveis requer a suplicante seu depósito em mãos de um dos depositários desta Comarca. Térmos em que pode deferimento. Belém, 10 de março de 1969.

(a) Paulo Rúbio de Souza Meira-Procurador Regional da República". DESPACHO: — "A. Cite-se. Belém, 13.3.69. a) Aristides Medeiros Juiz Federal em exercício". Requerimento do Ministério Público: — "MM. Julgador: Ante a certidão de fls. 16v, requer a Procuradoria a citação do suplicado através de Editais. Belém, 29.7.69.

a) Paulo Meira-Procurador Regional da República". DESPACHO: — "Defiro o requerimento de fls. Publiquem-se Editais com prazo de (45) quarenta e cinco dias. Belém, Pará, 30.7.69. (a) A. Santiago — Juiz Federal". Para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, expedi o presente e outros iguais e os coloque publicados e afixados na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade de Belém, Pará, aos vinte e cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e nove, tanta quantia de cento e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos (NCR\$ 100,56), conforme Certidão de Dívida anexa de número TD—12/69, extraída pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ordenar a expedição de mandado de citação contra o suplicado para que pague, incólus, a quantia descritas, acrescida de custas judiciais e penalidades constantes das Leis 4154, de 1959 art 13; 4232, de 1956, art. 27, 4439, de 1964 art. 21 e parágrafos; 4155 de 52, art. 6º tudo com a correção monetária estabelecida pela Lei 4357, de 1954, e, não aos vinte e cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e nove, tanta quantia bastem ve. Eu, Walmir Bandeira, para a cobertura de seu débito principal, custas e acessórios principais, e o que couber ao juiz substituto. E eu, Loris Rocha Pereira, Chefe da Secretaria, o subscrevi.

(a) Dr. José Malcher, 13.3.69. a) Aristides Medeiros Juiz Federal Substituto. (G. Reg. n. 10.278)

mos e de acordo com a petição e despachos a seguir transcritos: "Belém, Pará, 10.3.69. Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal. A União Federal, representada por seu Procurador Regional, infra assinado, vem, respeitosamente, expor e requerer a V. Exa. o seguinte: a suplicante é credora de Renato Bentes Filho, residente e domiciliado à Governador José Malcher, 1891, nesta Cidade, da quantia de Duzentos e oitenta e nove cruzeiros novos e dezoito centavos (NCR\$ 1289,18), conforme Certidão de Dívida anexa de número TD—12/69, extraída pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ordenar a expedição de mandado de citação contra o suplicado para que pague, incólus, a quantia descritas, acrescida de custas judiciais e penalidades constantes das Leis 4154, de 1959 art 13; 4232, de 1956, art. 27, 4439, de 1964 art. 21 e parágrafos; 4155 de 52, art. 6º tudo com a correção monetária estabelecida pela Lei 4357, de 1954, e, não aos vinte e cinco dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e nove, tanta quantia bastem ve. Eu, Walmir Bandeira, para a cobertura de seu débito principal, custas e acessórios principais, e o que couber ao juiz substituto. E eu, Loris Rocha Pereira, Chefe da Secretaria,

Meira-Procurador Regional da República". DESPACHO: — "Defiro o requerimento de fls. Publiquem-se Editais com prazo de (30) trinta dias. Belém, Pará, 30.7.69. (a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto". Para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, expedi o presente e outros iguais que serão publicados e afixados na forma da Lei.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Pará, aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove. Eu, Walmir Bandeira, Auxiliar Judiciário, o fiz datilografar. E eu, Loris Rocha Pereira, Chefe da Secretaria, o subscrevi.

(a) Dr. Aristides Porto de Medeiros
Juiz Federal Substituto
(G. Reg. n. 10.278-A)

JUSTIÇA DO TRABALHO DA REGIÃO

DA 8^a.

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8^a. REGIAO

3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo n.º 3a. JCJ — 1.297/69

Reclamante: Floriano Pinheiro Xisto.

Reclamada: BREVES INDUSTRIAL S.A.

Pelo presente Edital, notifico a empresa BREVES INDUSTRIAL S.A., com endereço incerto e não sabido, para comparecer perante a Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, na Travessa D. Pedro I, setecentos e cinquenta, às quinze horas e trinta minutos (15:30 hs.), do dia vinte (20) de novembro de mil novecentos e sessenta e nove, à audiência de instrução e julgamento do processo de reclamação acima referido, constante de aviso prévio, indenização, salários retidos, gratificação natalina, férias, salário família, juros de mora e correção monetária, na quantia de Três mil, cento e cinqüenta e quatro cruzeiros novos e ilíquido, podendo na ocasião da audiência oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e testemunhas, estas no máximo de três (3). O não comparecimento do reclamado à audiência, importará no julgamento da questão à sua revelia, e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato. Nessa audiência deverá o reclamado estar presente, independentemente do comparecimento de seus representantes legais, sendo-lhe facultado fazer-se substituir por gerente ou preposto que tenha declarações obrigarão o preposto a

Secretaria: Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, 9 de outubro de 1969.

a) Arlindo Carreiros Dias
p/Chefe da Secretaria
(G. Reg. n. 11.113)

EDITAL DE SEGUNDA PRAÇA

Com o Prazo de Dez (10) Dias

O Doutor José Cláudio Monteiro de Braga, Juiz do Trabalho Substituto, Presidência da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, FAZ SABER a todos quantos o presentes Edital virem ou déle notícia tiverem que, às dezessete horas e vinte e cinco minutos do dia dezenove (19) de novembro de mil novecentos e sessenta e nove, na sede dessa Junta, na Travessa D. Pedro I, nº 750, 3º andar, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem maior lance oferecer, o bem penhorado. ALBERTINO MORAES MEIRELES E OUTROS contra AMAZÔNIA TINTAS IND. E COMÉRCIO S/A., processo n.º 3a. JCJ — 1.297/69, constante de:

Uma (1) Balança marca "Toledo", carga 750 kgs., modelo 2381-FD, série 4894, fabricação n.º 2881-O-5058, em estado de funcionamento, avaliada em Um mil e quinhentos cruzeiros novos (NCR\$ 1.500,00).

QUEM PRETENDER ARREMATAR dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado no Diário da

Eduardo Azevedo

Proc. n.º 10.278

O Doutor Azevedo

Eduardo Azevedo

Juiz Federal Substituto

13.3.69.

PAZ E BEM, que o presente Edital é destinado ao que tiverem conhecimento que pelo mesmo GTE Belém, Renato Bentes Filho, residente e domiciliado à Av. Governador José Malcher, 1891, com o prazo de trinta (30) dias, para responder aos termos do Executivo Fiscal que se processa neste Juízo, movida pela União Federal, nos tér-

"A. Cite-se. Belém, 13.3.69. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto". Requerimento do Ministério Público: — "MM. Julgador: — A Procuradoria da República ante a certidão de fls. 6—v. requer a citação do suplicado através de Editais. Belém, 29.7.69. a) Paulo Rúbio de Souza Meira-Procurador Regional da República". DESPACHO:

"A. Cite-se. Belém, 13.3.69. a) Aristides Medeiros — Juiz Federal Substituto". Requerimento do Ministério Público: — "MM. Julgador: — A Procuradoria da

"Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta Belém, 9 de outubro de 1969. Eu, Elza C. de Souza, Auxiliar Judiciário, PJ-8, datilografai. E eu, Alice Barreiros Dias, responsável pelo expediente da Secretaria, subscrevo.

José Cláudio Monteiro de Brito
Juiz do Trabalho, Substituto, na Presidência da 3a. JCJ — Belém

EDITAL DE PRIMEIRA PRAÇA,
Com o prazo de vinte (20) dias. O doutor José Cláudio Monteiro de Brito, Juiz do Trabalho, Substituto, na Presidência da 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele noticia tiverem que, às quatorze horas e cinco minutos do dia doze (12) de novembro de mil novecentos e sessenta e nove, será levado a público pregão de venda e arrematação a quem oferecer maior lance acima da avaliação, os bens penhorados no processo de execução movido por Manoel Barbosa contra Maiaquias Pereira Ribeiro, sob o número 3a. JCJ-1.190/68, constante de:

1 (uma) Máquina de costura marca "Elgin", em perfeito estado, avaliada em oitenta cruzeiros novos (NCR\$ 80,00).
1 (um) Rádio marca "Motorádio", portátil, com 6 faixas, avaliado em cento e vinte cruzeiros novos (NCR\$ 120,00).

Quem pretender arrematar dítos bens, poderá examiná-los na Passagem São João n. 16-A, bairro do Telégrafo, ficando ciente de que deverá comparecer no dia, hora e local sede da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento, na Travessa D. Pedro I, n. 750, por ocasião da praça, a fim de garantir o lance com o sinal de vinte por cento (20%) do seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça, e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 8 de outubro de mil novecentos e sessenta e nove. Eu, Elza C. de Souza, Aux. Judiciário, PJ-8, datilografai. E eu, Alice B. Dias, responsável pelo expediente da Secretaria, subscrevo.

(a) José Cláudio Monteiro de Brito, Juiz do Trabalho, Substituto, na Presidência da 3.ª JCJ — Belém.

Edital de Citação
Processo n. 3a. JCJ-363/69 e nexo

Exequentes: José da Silva Vieira e outro

Executado: PRODASA

Pelo presente Edital fica citada a empresa PRODASA — Redutos Industrializados da Amazônia S/A., executada no processo n. 3a. JCJ-363/69 e nexo, em que são exequentes José da Silva Vieira e Laércio

— Selmo Costa, para pagar em quarenta e oito horas, garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de ... NCR\$ 7.249,24 (Sete Mil Duzentos e Quarenta e Nove Cruzeiros Novos e Vinte e Quatro Centavos), correspondente à principal e custas devidos nos termos da sentença proferida em 18 de agosto de ... como segue: "Esta Junta sem Discrença. Resolvi julgar Parcialmente Procedentes as Reclamações, para Condenar a Empresa,

PRODASA — Produtos Alimentícios da Amazônia S.A." — Ora Reclamada, a Pagar aos Reclamantes o Se-

quinte: A José da Silva Vieira, a Importância de ... NCR\$ 4.735,81, Como Aviso Prévio, Gratificação de Natal, Depósito do FGTS (de Valor "cuido, Apurável na Execução de Sentença), Férias e Salário Retido (Tudo de Acordo com a Inicial de Fls; 3); A Laércio Anselmo Costa, a Importância de NCR\$ 590,34. A Título de Aviso Prévio, Depósito do FGTS (A ser Apurado em Liquidação de Sentença), Férias, Gratificação Natalina e Salário Retido. (Consoante a Inicial de Fls. 4). Impróprio as Horas Extras e Adicionais Noturno por Falta de Imparo Legal. Adiciona-se à Condenação a Correção Monetária da Lei. Custas pela Reclamada, calculadas sobre o valor da condenação ...". A Secretaria efetuou os cálculos das parcelas iliquidadas, da correção monetária e das custas, que foram homologados pela Presidência, conforme seguinte Resumo: José da Silva Vieira — Valor da Condenação: NCR\$ 5.536,61; Correção monetária: ... NCR\$ 746,92; Laércio Anselmo Costa — Valor da Condena-

ção: NCR\$ 708,15; Correção Monetária: NCR\$ 91,07; Total NCR\$ 7.082,75. Custas sobre valor da condenação: ... NCR\$ 165,49; Custas de execução: NCR\$ 1,00. Total a pagar: NCR\$ 7.249,24.

Não pague, nem compareça a execução, no prazo mencionado à parte quanto bens quantos bastem para integral pagamento da dívida.

O que cumpra, na forma da Lei. Dado e passado, nesta sede de Belém do Pará, dia nove dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e nove. Eu, Elza C. de Souza, Juiz Judiciário, PJ-8, datilografai. E eu, Alice Barreiros Dias, responsável pelo expediente da Secretaria, subscrevo.

José Cláudio Monteiro de Brito
Juiz do Trabalho, Substituto, na Presidência da 3a. JCJ — Belém.
(G. — Reg. n. 11.112)

3a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELEM

Edital de Notificação

Processo n. 3a. JCJ-958/69
Reclamante: Demétrio Rocha Gaya

Reclamada: Breves Industriais S. A.

Pelo presente Edital, notifico a empresa Breves Industriais S. A., com endereço incerto e não sabido, para comparecer perante a Terceira Junta de Conciliação e Julgamento

de Belém, na Travessa D. Pedro I, setecentos e cinquenta, às dezenove horas (17.00 hs.) do dia vinte e nove (29) de outubro de mil novecentos e sessenta e nove, à audiência de instrução e julgamento relativa a reclamação do processo acima referido, constante de aviso prévio indenização, férias em dôbro, simples e proporcionais, gratificação de Natal e salários reidos, no valor de dois mil duzentos e cinquenta e três cruzeiros novos e trinta centavos, podendo a audiência da audiência, ofertar as provas que julgar ácidas, constantes de documentos e testemunhas, estas no máximo de três (3). O não comparecimento do reclamado à audiência, importará no julgamento da questão à sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato. Nessa audiência deve o reclamado estar presente, independentemente do comparecimento de seus representantes legais, sendo-lhe facultado fazer se substituir por gerente ou preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão oponente.

Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, 8 de outubro de 1969.

(a) Alice Barreiros Dias
P. Chefe de Secretaria

(G. Reg. n. 11.116)

EDITAIS JUDICIAIS

JUÍZO DE DIREITO DA 1a. VARA DA COMARCA DA CAPITAL

(4a. PRETORIA)

EDITAL

A Dra. Nanette Guimarães Vieira, 4a. Pretora Criminal, etc... FAZ SABER aos que estejam ou dele tomarem conhecimento, que pelo dr. Jaime Nunes Lamarão, 80. Promotor Público da Capital, em exercício da 1a. Promotoria Pública, foi denunciado Zélio Paulo de Oliveira, brasileiro, solteiro, engraxate, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Rachuelo, n.º 300, como incorso nas san-

ções punitivas do art. 129 (parte geral) do Código Penal Brasileiro. E como não foi encontrado para ser citado pessoalmente expede-se o presente Edital, para que o denunciado sob pena de revelia, compareça à esta Pretoria, no dia 28 do corrente mês, às 10 horas, a fim de ser interrogado e processado pelo crime de Lesões Corporais Leves, do qual é acusado.

Belém, 10 de outubro de 1969.
Eu, Neyre de Jesus Silva da Costa, escrivã.

A PRETORA:
Dra. Nanette Guimarães Vieira.
4a Pretora Criminal.

(G. Reg. n. 11.109)

EDITAL

A Dra. Nanette Guimarães Vieira, 4a. Pretora Criminal, etc...

Faz saber aos que este lerem ou dêle tomarem conhecimento, que dr. 6º Promotor Público da Capital, Carlos Alisson Peixoto, foi denunciado Sebastião Souza Gama, paraense, solteiro, estudante, com 19 anos de idade, filho de Manoel Batista da Gama Filho e de Mercedes Souza da Gama, residente a Passagem Vista Alegre, n.º 39, — Sacramento, como incursão nas sanções punitivas do artigo 129 do Código Penal Brasileiro. E como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente Edital, para que o denunciado, sob pena de revelia, compareça a esta Pretoria, no dia 29 de corrente mês, às 10 horas, a fim de ser interrogado pelo crime de Lesões Corporais Leves, do qual é acusado.

Belém, 14 de outubro de 1969.
Eu, Neyre de Jesus Silva da Costa.

A PRETORA:
a) Dra. Nanette Guimarães Vieira, — 4a. Pretora Criminal.
(G. Reg. n. 11.110).

LBA
PROCLAMAS

Faz saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: — Elias Bernardo do Nascimento e Consuelo Rodrigues Alves, éle filha de João Bernardo do Nascimento e de Benedita Paixão do Nascimento, éla filha de José Rodrigues Seixas e da Thereza Alves, solt; — Roberto Nicolau Silva e Raimunda Ferreira da Silva, éle filho de Bartolomeu Nicolau Silva e de Francisca das Chagas Silva, éla filha de Serafim Ferreira da Silva e de Maria do Carmo Balbina da Silva, solt; — Manoel Silva Cardoso e Zulmira Oliveira Ferreira, éle filho de Francisco Silva Cardoso e de Isabel Silva Cardoso, éla filha de Manoel Sales Ferreira e de Cecília Oliveira Ferreira, solt; — Valnício Chaves e Benigna Dias dos Santos éle filho de Fabriciano Alves Ghaves e Maria de Lourdes Alves Chaves, éla filha de Valentim Dias dos Santos e Maria Martirha dos Santos, solt; — Elias dos Santos e Cândida Martins Chermont, éla filha de Domingos dos Santos, éla filha de Apolônio Chermont e Flávia Martins Baena, solt; — Manoel de Jesus Corrêa e Rosa Rodri-

gue Carneiro, éle filho de Benedito Braz Corrêa e de Antônia Silva Corrêa, éla filha de Sebastião Rodrigues Carneiro e de Ana Rodrigues Carneiro, solt; — José Ribeiro de Castro e Olga Rina dos Santos, éle filho de Antônio Ribeiro de Castro e Francisca Ribeiro de Castro, éla filha de Aurélio Silva Santos, solt; — Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma e se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Dado e passado nesta cidade de Belém aos 15 de outubro de 1969. E eu, Edith Puga Garcia, escrivente juramentada, assino.

a) Edith Puga Garcia
(G. Reg. n. 11.117)

TRIBUNAL DE JUSTICA

EDITAL
Faz público para conhecimento de quem interessar possa, que dioram entrada nesta Secretaria os autos de Apelação Civil da Capital, em que são partes como Apelante Maria de Lourdes Rodrigues Balme, assistida de seu advogado Álvaro Fonseca e Apelido: — Maramaldo Mendes da Silva, assistido de seu advogado Ulisses Oliveira, a fim de ser preparada dita Apelação para sorteio de relator, distriuição e julgamento por uma das Câmaras, dentro de prazo de dez (10) dias, a contar da publicação deste nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Belém, 14 de outubro de 1969.
(a) LUIS FARIA — Secretário do T.J.E.
(G. Reg. n. 11.124)

REPARTIÇÃO CRIMINAL
1a. Pretoria
EDITAL

O Dr. Ernani Mindelo Garcia, 1o. Pretor Criminal, etc.
Faz saber aos que este lerem ou dêle tomarem conhecimento que pelo Dr. 1o. Promotor Público, foi denunciada Iraci Marques da Conceição, paraense, solteira, moradora de 10 anos de idade, residente e domiciliada nesta Cidade à Travessa Barão do Triunfo, n.º 340, como incursa nas penas do artigo 129 do Código Penal Brasileiro. E como não foi encontrada para ser citada pessoalmente expede-se o presente edital para que a acusada com-

pareça a esta Pretoria, no dia 7 de novembro, próximo às 9,30 horas a fim de ser interrogada pelo crime de lesões corporais leves do qual é acusada.

Cumpre-se.

Repartição Criminal, 14 de outubro de 1969.

Eu, José Maria de Lima, escrivão o datilografiei e subscrevi.

(a) Ernani Mindelo Garcia
1o. Pretor Criminal
(G. Reg. n. 11.175)

EDITAL
O Dr. Ernani Mindelo Garcia, 1o. Pretor Criminal, etc.
Faz saber aos que este lerem ou dêle tomarem conhecimento que, pelo Dr. 2o. Promotor Público, foi denunciado Cirilo Barbosa, paraense, casado, mecânico, com 53 anos de idade, residente e domiciliado à Estrada Tavares Bastos, n.º 167, como incursão nas penas do artigo 121, § 3º, do Código Penal. E como não foi encontrado para ser citado pessoalmente expede-se o presente edital para que o acusado compareça a esta Pretoria, no dia 7 de novembro próximo, às 9 horas, a fim de ser interrogado pelo crime de homicídio culposo do qual é acusado.

Cumpre-se.

Repartição Criminal, 14 de outubro de 1969.

Eu, José Maria de Lima, escrivão o datilografiei e subscrevi.
(a) Luis Faria — Secretário do T.J.E.
(G. Reg. n. 11.124)

Anúncio de Julgamento da 1a.
Câmara Cível

EDITAL

Faz público, para conhecimento de quem interessar possa, que pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente das Câmaras, foi designado o dia 21 de outubro corrente, para julgamento pela 1a. Câmara Cível dos seguintes feitos: Apelação Civil — Capital — Apelante — Geraldo Lopes de Oliveira Gomes (Ad. Dr. Leonidas Macêdo Silva) — Apelido — Agostinho Linhares de Souza (Ad. Dr. Felinto Amorim Pereira Filho) — Relator — Desembargador Aluízio da Silva Leal.

x x x

Idem — Idem "ex-officio" — Idem — Apelante — O Dr. Juiz de Direito da 9a. Vara Cível — Apelados — Orlando Maia Teixeira e Neide Pereira Teixeira — Relator — Desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 15 de outubro de 1969.

(a) AMAZONINA SILVA — Oficial Administrativo.

(G. Reg. n. 11.183)

CÓDIGO JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ — LEI N.
3.653, de 27 '01/66

OPÚSCULO ENCADERNADO

A VENDA NO ARQUIVO DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO — PREÇO NCr\$ 3,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Boletim Eleitoral

ESTADO DO PARÁ

ANO XX

BELÉM — SEXTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1969

NUM. 2.437

CARTÓRIO ELEITORAL DA
1a. ZONA

Edital n. 134 de 2a. via
De ordem do Meritíssimo Se-
nhor Dr. Juiz Eleitoral da 1a.
Zona do Estado do Pará, faço
público a quem interessar possa
que solicitaram 2a. via de
seus títulos os seguintes elei-
tores: Antonia Santos da Silva,
Aluizio Raimundo de Castro
Souza, Edem Pessoa de Carval-
ho, Maria Barros de Rego Ba-
tista. Dado e passado neste
Cartório Eleitoral da 1a. Zona
aos primeiros dias do mês de
Outubro de mil novecentos e
cinqüenta e quatro.

Olyntho Toscano de Vas-
concelos — Escrivão Eleitoral
da 1a. Zona

(G. — Reg. n. 10897)

Edital de Transferência
n. 13569

De ordem do Meritíssimo Se-
nhor Juiz Eleitoral da 1a. Zona,
faço público a quem inter-
essa possa que solicitar m
transferência para esta 1a.
Zona, os seguintes: Delfim de
Moraes Pinto, Adila Maria de
Souza Ribeiro, Franco Pereira
de Almeida Filho. E foram
Deferidos o seguinte pedido —
Terezinha do Carmo da Luz
Dias.

Dado e passado no Cartório
Eleitoral da 1a. Zona de Be-
lém do Pará, aos primeiros
dias do mês de outubro de
1969.

Olyntho Toscano de Vas-
concelos — Escrivão Eleitoral
da 1a. Zona

(G. — Reg. n. 10898)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PARÁ

CARTÓRIO ELEITORAL DA
28a. ZONA

EDITAL N. 58

O doutor Steleo Bruno dos
Santos Menezes, Juiz Eleitoral
da 28a. Zona (Belém) por no-
meação legal, etc.

Leva ao conhecimento de in-
teressados que requereram 2a.
vias de seus títulos os seguin-
tes eleitores:

1 — Fabiano Celestino Go-
mes de Oliveira

2 — Anastacia Costa da Silva

3 — Amadeu Tavares

4 — João Ferreira Matos

5 — José Maria do Câmera

Castro

6 — Julia Olga Mendes

7 — Aluizio Vieira da Ro-
cha

8 — Joniatas Dias Ribeiro

Cunha

9 — Maria das Dores Si-
gueira Gomes

10 — Maria Arcenia Tavares

11 — Maria Ruth Rodrigues

Silva

12 — Anesia da Silva Ta-
yares

13 — João Pereira da Costa

14 — Lucidea da Graça

Henschel Pinto

E, para que não se alegue
ignorância vai este afixado no

lugar próprio e publicado pelo
prazo legal. Dado e passado

nesta cidade de Belém, aos
onze dias do mês de setem-
bro de mil novecentos e ses-
enta e nove. Eu, Edgar L.

bato de Almeida — Escrivão

Steleo Bruno dos Santos

Menezes

Juiz Eleitoral

26 — Manoel Costa

E, para que não se alegue
ignorância vai este afixado no
lugar próprio e publicado pelo
prazo legal. Dado e passado

nesta cidade de Belém, vinte
dias do mês de setembro de
mil novecentos e setenta e nove. Eu, Edgar L.

bato de Almeida — Escrivão

Steleo Bruno dos Santos

Menezes

Juiz Eleitoral

(G. — Reg. n. 10.931)

CARTÓRIO ELEITORAL DA
29a. ZONA

EDITAL N. 12569

Pedidos de 2as. Vias
O Dr. Adalberto Chaves Te-
cendo, Juiz Eleitoral da
29a. Zona da Comarca de
Belém, do Estado do Pará,
por nomeação legal, etc.

Faz saber a quem interessar
possa, que este Juiz, deferiu
os pedidos de 2as. Vias, de Ti-
tulos dos eleitores abaixo se-
lacionados:

Sandira Tanara Bures de
Azevedo, inscrita sob o n. 1
53.332, lotada na 116a. Secção;

Joaquim Barbosa da Silva,
inscrito sob o n. 50.018, lota-
do na 99a. Secção;

Gilberto Ribeiro de Lima,
inscrito sob o n. 54.722, lota-
do na 120a. Secção;

Oscarino de Lima Moraes,
inscrito sob o n. 55.058, lota-
do na 88a. Secção;

Sebastião Rocha Soares, in-
scrito sob o n. 37.553, lotado
na 76a. Secção;

Aldenir Santa Brígida Mar-
tins, inscrito sob o n. 59.096,
lotado na 127a. Secção;

Manoel Francisco Gama de
çal Monteiro,

eiro. Francisca Terezinha Souza dos Santos, Maria Adalgisa Mendonça, Arlinda Lúcia Rodrigues Cortinhas, Adalberto Magalhães de Oliveira, Rute Rodrigues Castilho, Raimundo Jacy Faro, Arlinda Rodrigues da Silva, Benedito Rodrigues Paiva, Flaviano Magno de Lima, Izaque Santana Oliveira, Crescêncio Guimarães Galo, Isabel Pamplona Cascaes, Isaac Almeida Damasceno, Maria das Dores Lima da Silva, Raimunda da Conceição Pereira, Faustina Sales Loubé, Antonio Dias Corrêa, Manoel Sales da Silva, Argemiro Gaia de Souza, Antonio Ubaldo da Costa Lemos, Maria Rosalina Duarte, Lindalva Soares de Moura, Joana Cordeiro Lopes, José Corrêa da Cunha, Antonio Montenegro, Raimundo Almeida Gonçalves, Elza Maria de Souza Braga, Maria Teles Nube dos Santos, João Teles dos Santos, Rosa Miscoito da Rocha, João Batista Cordeiro de Oliveira, Orestiano Corrêa da Cunha, Joaquim Pereira Lima, Raimundo Araújo da Costa, Hilário Silva Siqueira, Maria de Nazaré Borges Aires, Manoel Ferreira Pantoja, Carlos Gomes de Oliveira, Ivanildes Barata Pantoja, Maria Herdy Souza Fróes, Sebastião Duarte Rodrigues, Samuel Cristo Lopes, Nair de Moraes Souza, João Moura Leal Costa, Terezinha de Jesus dos Santos Gomes, Natanino Lopes da Silva, Ilário dos Santos Londres, Paulo Ernesto de Miranda, José Maria Braga da Silva, José No-nato Cunha de Oliveira, José Maria Ribeiro da Silva, Roberto Xisto Barbosa, Maria das Graças Alves da Silva, José Francisco Cardoso, Raimundo Campos da Trindade, Francisco Pinto de Toledo, Lucimar Miscoito da Rocha Leonice Pereira da Costa, Manoel Silva de Oliveira, Elias Flôres da Silva, Terezinha Rodrigues Pinto, Maria Odila da Silva da Graça, João Gonçalves, Raimundo Coutinho dos Santos, Rosilda Cruz de Oliveira Gomes, Olgarina Cruz de Oliveira Gomes, João Borges da Silva, Francisco de Assis Pereira, José Maria da Silva da Paixão, Cleonice Costa da Silva, Elias Bezerra Banta da Silva.

deira, Wilson Jorge Lira, Domingos Carrera, Aristides Coelho Marinho, Sandoval da Silva Pacheco, João Queiroz da Silva, José Loris Alves Ribeiro, Francisco Fernandes de Almeida, Abídias Borcem de Almeida, Nazzareno Nonato Santiago de Almeida, Julião Silveira da Rosa, Ivanildo Ribeiro da Silva, Clodovil Ramos Lima Ferreira, José Alvis de Lima, Amadéu Almeida de Dornelas e Rosa Maria da Costa Corrêa. Dado e passado neste Cartório Eleitoral da 30a. Zona de Belém, do Pará.

tal, Sofia Neves da Conceição, Antônio Vaz, e foram Indeferidos os seguintes: — Raimundo Terezinha de Jesus Garcia, Rafael dos Santos Costa, Venâncio Meneses da Silva, Benedito Oliveira da Rocha Corrêa, Antônio Sebastião da Cruz, Manoel de Jesus Amador dos Santos, Manoel da Conceição Amador da Silva, Creuzinha Pimentel Palmeirinha, Maria de Fátima Baena dos Santos, João Batista Lopes, Orlando Mendes, Oceanira de Sousa Bastos, Maria Raimunda Fava-cho Cezar, Laureano da Silva Santos, Maria Lúcia Virginio da Silva, Maria de Fátima Passos de Oliveira, Felizardo Manço da Trindade, Maria Norma da Costa Moreira, Maria Alexandrina dos Santos Sousa, Laurival Travassos Nascimento, Ricardo da Luz Tavares, Rosemíro Souza da Silva, José Rodrigues de Oliveira, Maria das Graças Sousa da Silva, Maria José Ferreira Marques, Eduardo Tavares de Souza, Ivânildo Juliano Ribeiro da Silva, João Erivaldo Bastos, José Ribamar Gomes da Silva, Valdomiro Siveriano dos Santos, José Vieira da Costa, Eduardo Frank Sekyr Ahndrew Silva, Maria Dias Pinheiro, José Aives da Silva, Gilberto Batista da Silva, Francisco Fernando de Araújo, Alzira Barbosa da Rocha, João Batista Araújo Portal, Raimundo Nonato Cunha de Souza, José Ataide da Silva, Jorge de Sousa Ramos, Maria Tizainha Pereira Farias, Terezinha Monteiro da Silva, Maria Oneide Brito Serrão, Clodovil Mesquita Lima, Antônio Mathias de Souza, Damião Araújo Vieira, Carlos Alberto Raiol, Timóteo

Belém, 3 de junho de 1969.

(a) Raimundo Gomes da Silva
Escrivão Eleitoral da 30a.
Zona de Belém do Pará

(G. Reg. n. 3751)

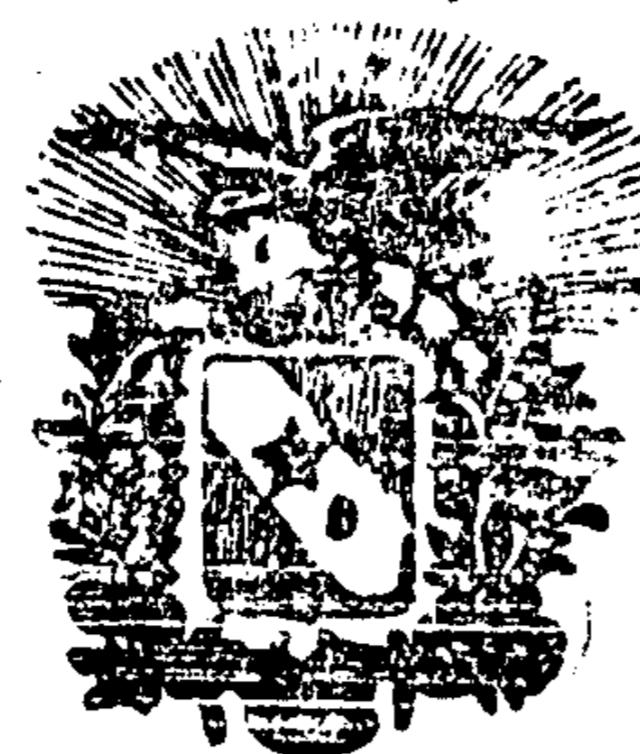
EDITAL DE 2a. VIA N. 18

De ordem do MM. Juiz Eleitoral da 30a. Zona, faço público a quem interessar possa que requereram 2a. Via de seus títulos eleitorais os senhores: — Benedito Luziano de Souza, Celina Castro Nascimento, José Costa Souza, Hildebrando Gomes Nascimento, Lina Martins Neves, Lauro Diniz Melo, Leonel da Luz, Marlene Freitas de Oliveira Branco, Manoel Leonidas Mendes Pacheco e Sérgio Raimundo Cardoso, todos deferidos. Dado e passado neste Cartório Eleitoral da 30a. Zona de Belém, Estado do Pará, aos dezoito dias de junho de mil novecentos e sessenta e nove.

(a) Raimundo Gomes da Silva
Escrivão Eleitoral da 30a.
Zona de Belém do Pará

(G. Reg. n. 4709)

Livros de Escrituração e de
Protocolos — Confeccionamos,
Mediante Solicitações dos
interessados.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Diário da Assembleia

ESTADO DO PARA

ANO XV

BELÉM — SEXTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1969

NUM. 1.743

ACÓRDÃO N. 7.274
(Processo n. 16.693)

Requerente: — Sr. José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público.

Relator: — Ministro Jayme Ferreira Bastos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o senhor José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, em ofício número ... 129/68 de 27.2.69, remeteu a registro dêste Tribunal a aposentadoria de Lígia Meireles Cunha, no cargo de professor de 1a. entrância nível 1. do Quadro Único, lotado no Departamento de Educação Primária (Escola Reunida de Juruti — Velho — Município de Juruti) decretada em 27 de fevereiro de 1969, de acordo com os artigos 180 da Constituição Política do Estado, 1º e 2º da lei número 1.538, de ... 26.7.1958, combinado com os artigos 138 inciso V, 143, 145 e 227 da lei número 749 de 24 de dezembro de 1953, percebendo nessa situação os proventos anuais de NCr\$... 1.297,20 (hum mil, duzentos e noventa e sete cruzeiros novos e vinte centavos), assim discriminados:

Vencimento integral 1.126,00
15% de adicional 169,20
NCr\$ 1.297,20 como tudo dos autos consta.

Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 26 de junho de ... 1969.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

(aa) Eva Andersen Pinheiro
Ministra Presidenta
Jayme Ferreira Bastos
Ministro Relator
Auditor convocado para completar o quorum regimental (Artigo 15, Secção I inciso IV do Regimento Interno)

Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana
Elias Naif Daibes Hamouche
Fui presente:
Dr. Hildeberto Mendes Bittar
Sub-procurador

ACÓRDÃO N. 7.273
(Processo n. 16.562)

Requerente: — Senhor José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público.

Relator: — Ministro Jayme Ferreira Bastos — Auditor convocado para completar o quorum regimental (Artigo 15, Secção I, inciso IV do Regimento Interno).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o senhor José Nogueira Sobrinho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público, em ofício número 326/69, de 2.6.69, remeteu a registro neste Tribunal a aposentadoria de Arsenio Martins Antunes no cargo de Adjunto da Promotoria Pública de Bagre, Térmo da Comarca de Breves, decretada em 30 de maio de 1969, de acordo com o artigo 126 da Constituição Política do Estado, combinado com os artigos 138 inciso V, 143, 145 e 227 da lei número 749, de 24 de dezembro de 1953, percebendo nessa situação os pro-

ventos anuais de NCr\$ 1.518,00 (hum mil, quinhentos e dezito cruzeiros novos), assim discriminados:
Vencimento integral 1.320,00
15% de adicional 198,00
NCr\$ 1.518,00 como tudo dos autos consta.
Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 26 de junho de ... 1969.

(aa) Eva Andersen Pinheiro
Ministra Presidenta
Jayme Ferreira Bastos
Ministro Relator
Mário Nepomuceno de Sousa
Sebastião Santos de Santana
Elias Naif Daibes Hamouche
Fui presente:
Dr. Hildeberto Mendes Bittar
Sub-procurador

ACÓRDÃO N. 7.273
(Processo n. 14.685)

Requerente: — dr. José Octávio Dias Mescouto, Procurador do Ministério Público

junto ao Tribunal de Contas.

Relator: — Ministro Jayme Ferreira Bastos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o doutor José Octávio Dias Mescouto, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em ofício número 396/68, de 16.4.68, remeteu a exame e julgamento neste Tribunal, a prestação de contas desse Ministério, na importância de NCr\$

(G. Reg. n. 4903)